



ATA Nº1/2025

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Ourém, em sessão ordinária, no edifício da Assembleia Municipal, convocada nos termos da alínea b), do n.º 1, artigo 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte: -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

----- **01 - Período de ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **01.01** – Apreciação e votação da ata nº 06/2024 referente à sessão ordinária de 09.12.2024 -----

----- **01.02** – Leitura resumida do expediente -----

----- **01.03** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- **02.02** – Atividade Municipal – apreciação de uma informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual -----

----- **02.03** – Apreciação e votação da proposta camarária – Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental – ano económico de 2024 -----

----- **02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária – 1.ª proposta de revisão orçamental – ano económico de 2025 -----

----- **02.05** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P045/2022 – Elaboração do Projeto de Execução para Criação da Loja do Cidadão e Renovação do Terminal Rodoviário” – assunção de compromissos plurianuais -----



- **02.06** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P310/2024 – Área de Acolhimento Empresarial de Caxarias – Urqueira (111905/2024)” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.07** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P029/2025 – Aquisição de serviços de comunicações fixas e móveis para os serviços do município durante três anos (102691/2024)” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.08** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P031/2025 – Concessão da gestão e exploração da Creche das Louças” -----
- **02.09** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P036/2025 – Aquisição de serviços de seguros para o período de 2 anos – 01/07//2025 a 30/06/2027 (14452/2025)” – assunção de compromissos plurianuais -----
- **02.10** – Apreciação e votação da proposta camarária – “P039/2025 – Ampliação e Requalificação do Centro de Saúde de Ourém (15345/2025) – assunção de compromissos plurianuais – retificação -----
- **02.11** – Apreciação e votação da proposta camarária – implementação de percursos pedestres de pequena rota na área territorial do concelho – propostas de protocolos -----
- **02.12** – Apreciação e votação da proposta camarária – protocolo com a Freguesia de Freixianda – revogação -----
- **02.13** – Apreciação e votação da proposta camarária – Adenda ao protocolo com a União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais -----
- **02.14** – Apreciação e votação da proposta camarária – Adenda ao protocolo com a Freguesia de Fátima -----
- **02.15** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Seiça – proposta de contrato de comodato -----
- **02.16** – Apreciação e votação da proposta camarária – Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – proposta de contrato de comodato -----
- **02.17** – Apreciação e votação da proposta camarária – Município de Alvaiázere – proposta de protocolo -----



- **02.18** – Apreciação e votação da proposta camarária – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. – proposta de protocolo -----
- **02.19** – Apreciação e votação da proposta camarária – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. – tarifário para 2025 -----
- **02.20** – Apreciação da proposta camarária – Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A. – plano de atividades e orçamento 2025 -----
- **02.21** – Apreciação e votação da proposta camarária – integração de troço da EN 356 (Estrada Nacional) na rede viária do Município – minuta de acordo de mutação dominial -----
- **02.22** – Apreciação e votação da proposta camarária – minuta de contrato de constituição do direito de superfície de parcelas sitas em Vilar dos Prazeres (Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias) para construção de 9 fogos para arrendamento acessível ----
- **02.23** – Apreciação e votação da proposta camarária – minuta de contrato de constituição do direito de superfície de parcela sita em Penigardos (Freguesia de Nossa Senhora da Piedade) para construção de 8 fogos para arrendamento acessível -----
- **02.24** – Apreciação e votação da proposta camarária – minuta de contrato de constituição do direito de superfície de parcelas sitas em Carvoeira (Freguesia de Caxarias) para construção de 9 fogos para arrendamento acessível -----
- **02.25** – Apreciação e votação da proposta camarária – Insignare – Associação de Ensino e Formação – Alvará de Loteamento n.º 2/2008, da Zona Industrial de Ourém – pedido de isenção de taxas -----
- **02.26** – Apreciação e votação da proposta camarária – Centro Social da Divina Providência – processo de obras n.º 2710/2024 – pedido de isenção de taxas -----
- **02.27** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias – pedido de isenção de taxas -----
- **02.28** – Apreciação e votação da proposta camarária – Juventude Ouriense – cedência do Centro Municipal de Exposições – pedido de isenção de taxas -----
- **02.29** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Caçadores de Nossa Senhora das Misericórdias – realização de montaria – pedido de isenção de taxas -----



----- **02.30** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Futebol de Santarém – utilização de vários equipamentos desportivos – pedido de isenção de taxas -----

----- **02.31** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Futebol de Santarém – cedência do Pavilhão Municipal de Caneiro – pedido de isenção de taxas -----

----- **02.32** – Apreciação e votação da proposta camarária – Associação de Atletismo de Santarém – utilização do Estádio Papa Francisco, Fátima – pedido de isenção de taxas -----

----- **02.33** – Período de intervenção aberto ao público -----

----- Verificou-se a presença dos MEMBROS ELEITOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----- João Manuel Moura Rodrigues – Presidente AMO -----

----- Ana Margarida Henriques Neves Vieira – 1.ª Secretária AMO -----

----- Nuno Manuel Pinto Dias – 2.º Secretário AMO -----

----- Paulo Alexandre Cancelinha de Sá -----

----- Nuno Miguel Gonçalves Baptista Pereira -----

----- Helena Santos Pereira -----

----- Carlos Alberto de Jesus Pereira Marques -----

----- Otilia Cristela Antunes Marto -----

----- João Carlos de Jesus Pereira -----

----- Filipe Remi Callebaut Mendes -----

----- Tiago Ferreira Simões Vieira -----

----- Joana Casimiro Rosado -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques -----

----- Victor Oliveira Santos -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Jorge Pereira da Silva -----

----- Cláudia Maria Pereira Campos -----

----- Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada), fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal: -----



----- Valdemar Pinheiro de Oliveira, PPD/PSD, foi substituído por **Maria Clara Vieira de Oliveira Neves** -----

----- Mónica Filipa Gaspar Faria, PPD/PSD, foi substituída por **António de Sousa Mordomo** -----

----- Francisco Emanuel Marques Lopes, CDS/PP, foi substituído por **Rafael Alexandre Pereira de Sá** -----

----- Paula Cristina de Oliveira Martins, PS, foi substituída por **Edgar Ferreira Enes** -----

----- Verificou-se a presença dos PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

----- Freguesia de Alburitel – Engrácia Maria Vieira Marques Carriço -----

----- Freguesia de Atouguia – Luís Manuel Gameiro de Oliveira -----

----- Freguesia de Caxarias – Nelson Nuno Duarte Antunes -----

----- Freguesia de Espite – Dulce Raquel Lourenço Mateus -----

----- Freguesia de Fátima – Humberto António Figueira da Silva -----

----- Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias – Luís Pereira de Oliveira -----

----- Freguesia de Seiça – Ângela Vanessa Chaves Marques -----

----- Freguesia de Nossa Senhora da Piedade – Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – Paulo Luís Marques Nunes -----

----- União das Freguesias de Gondemaria e Olival – António Manuel Oliveira da Silva -----

----- União das Freguesias de Matas e Cercal – Virgílio Antunes Dias -----

----- União das Freguesias Rio de Couros e Casal dos Bernardos – Jorge Manuel Dias Lopes -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), fez-se representar o presidente de Junta de Freguesia: -----

----- Freguesia de Urqueira – vogal, João Filipe das Neves Marques -----

----- Em cumprimento do n.º 1 e n.º 3 do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro (versão atualizada) compareceu o executivo camarário, conforme se especifica: -----

----- Senhor Presidente da Câmara Municipal: -----



----- Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque -----

----- Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

----- Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa -----

----- Rui Manuel Simões Vital -----

----- Micaela Abrantes dos Santos Durão -----

----- Humberto Luís Ferraz Antunes -----

----- Senhores Vereadores em regime de não permanência:-----

----- Cília Maria de Jesus Seixo -----

----- Gonçalo Santos Pires Bento -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, o Presidente da AMO que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas quinze horas e trinta e cinco minutos. -----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

01.01 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA Nº 06/2024 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 09.12.2024 -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL submeteu à apreciação do plenário a ata referida em epígrafe, cujo texto foi, previamente, distribuído a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- **Submetida a apreciação do plenário, foi a ata aprovada, por unanimidade, com o voto dos membros presentes na citada sessão.** -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

----- Tomando a palavra, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou o seguinte: -----

----- Reunião da Mesa da AMO, no passado dia 21 de fevereiro, com o “Movimento Fátima a Concelho”, tomando conhecimento das suas pretensões. -----



----- Convite do Município de São Filipe, Cabo Verde, para participar nas Festas de São Filipe, a decorrer de 25 de Abril a 1 de maio. A AMO está a verificar a disponibilidade de agenda para estar presente nas festividades. -----

----- À semelhança dos jovens vencedores da Assembleia Jovem de Ourém 2024, que tiveram a oportunidade de irem a Ourém-Pará Brasil, este ano, para os vencedores da VII edição da AJO, subordinada ao tema *“As tradições do mundo rural”*, a decorrer dia 31 de março 2025: de manhã Escalão 2.º e 3.ª ciclos; de tarde Escalão Secundário, está a ponderar-se uma eventual visita a São Filipe, Cabo Verde, dados os acordos de cooperação com o Município de Ourém. -----

----- Carta do Senhor Prefeito Vladimiro Fernandes Coelho Júnior, o novo Prefeito de Ourém do Pará, reiterando a disponibilidade para continuar a cooperar com a Assembleia Municipal, registando, com agrado, a excelente colaboração no âmbito do intercâmbio cultural e de amizade entre a AMO e Ourém-Pará. -----

----- A Assembleia Municipal esteve representada, desde a última sessão datada de 09 de dezembro fevereiro 2024, nas seguintes iniciativas: -----

- Concerto de Natal, Conservatório de Música e Artes do Centro, Fátima -----
- Festa de Natal 2024, Centro Social da Divina Providência, Fátima -----
- Convívio de Natal CRIO, Centro Recuperação Infantil Ouriense, Ourém -----
- “O Natal do Bombeiro” Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém, Ourém -----
- Convívio Natal, Filarmónica 1.º Dezembro de Vilar dos Prazeres, Vilar dos Prazeres -----
- Concertos de Natal, Conservatório de Música e Artes do Centro, Fátima -----
- Convívio Natal, Centro Social de Matas, Matas -----
- Convívio Natal, Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Fátima, Fátima -----
- “Natal do Bombeiro 2024”, Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Caxarias, Caxarias -----
- Festa de Natal, Centro de Apoio a Deficientes João Paulo II, Fátima -----
- Concerto de Natal, Sociedade Filarmónica Ouriense, Ourém -----
- Convívio Natal Município, Fátima -----
- Peça teatro TiAMO direcionada Centro Apoio a Deficientes João Paulo II / Casa Bom Samaritano / Centro Recuperação Infantil Fátima, Assembleia Municipal de Ourém, Fátima -----



- Peça teatro TiAMO direcionada Centro de Recuperação Infantil Ouriense, Assembleia Municipal de Ourém, Ourém -----
- Concerto de Ano Novo, Sociedade Filarmónica Ouriense, Ourém -----
- 113.º aniversário da Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Ourém, Ourém -----
- Festa de Reis APDAF, Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família, Fátima -----
- Cerimónia entrega de Diplomas da Insignare, Insignare, Ourém -----
- Convívio “Feira do Adro”, União das Freguesias de Gondemaria e Olival, Olival -----
- Homenagem a D. António Marto, Rotary Club de Fátima, Fátima -----
- 46.º Encontro de Hoteleiros de Fátima, Santuário de Fátima, Fátima -----
- Sessão de Abertura da IV Semana da Educação, Município de Ourém, Ourém -----
- Reunião com “Movimento Fátima a Concelho”, Ourém -----
- Reunião Comissão Planeamento Estratégico, Ourém -----
- **A Assembleia Municipal ficou inteirada** -----

01.03 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

----- Após período prévio de inscrições, registaram-se as INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do Grupo Municipal PS, apresentou a seguinte declaração: “Boa tarde a todos -----
 Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários; -----
 Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores; -----
 Caros Colegas Deputados Municipais; -----
 Público presente e público em casa. -----

No âmbito deste ponto de declarações políticas gerais, e hoje é um dia em que, desde a noite de ontem, muita coisa se poderia dizer, mas de facto, interessa-me mais, nesta casa e neste fórum, falar de assuntos de interesse local. -----



Deixem-me começar por citar algumas frases. “O que está a acontecer é uma vergonha. Em relação ao grupo Verdasca, digo diretamente e reforço que aquilo que se passa é uma vergonha. A área onde estão a construir uma reserva ecológica, é uma reserva ecológica nacional e zona de máxima infiltração, o que proíbe qualquer construção. Nasceu ali porque lhes apeteceu. Ao permitir-se uma atividade desta dimensão que se desenvolva sem a devida licença, cria-se um precedente perigoso que poderá levar os cidadãos comuns a questionarem porque deveriam seguir os trâmites legais para construir um muro ou um anexo, se outros podem agir sem restrições numa obra desta dimensão. Eu pergunto-me como é possível que tenha eletricidade e água para laborar, sendo que está a funcionar sem a devida legalização” --

Todas estas afirmações são do senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, Engenheiro João Moura, na edição do Notícias de Ourém do passado dia 21 de fevereiro. -----

São conhecidas as nossas divergências políticas, no entanto, concordo em absoluto com o que aqui foi dito. -----

Como veremos nas perguntas que faremos num dos pontos seguintes. desta ordem de trabalho, subsistem muitas dúvidas na atuação do Município, nomeadamente quanto a eventuais pedidos de legalização das referidas obras e quanto à tomada de decisão ou decisões que levassem ao encerramento imediato da atividade. -----

Em jeito de conclusão, deixo a seguinte interrogação, a partir deste caso, como será possível exigir ao cidadão comum que cumpra a lei. A autoridade do Estado, neste caso representada primeiramente pelo Município de Ourém, está claramente em causa. O nosso papel como órgão fiscalizador da atuação do Município, igualmente.” -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, representante do Grupo Municipal PPD/PSD, apresentou a seguinte declaração: **“APOIO AO ASSOCIATIVISMO** -----

O Município de Ourém prepara-se para formalizar a assinatura dos protocolos de apoio ao associativismo desportivo, recreativo e cultural, no próximo dia 10 de março. -----

Quando o atual executivo assumiu funções em novembro de 2017, o valor total atribuído ao associativismo pelo Município de Ourém era **156.350 €**. -----

Neste momento, os valores cifram-se em **677 739,50 €**. -----



O diferencial em mais de **quinhentos mil euros** desde há 8 anos a esta parte, dispensa muitas argumentações e não deixa margem para quaisquer dúvidas. -----

Este aumento substancial superior em mais de **400 por cento**, reflete a preocupação e o respeito do Município por esta vertente tão importante, quanto fundamental para a nossa comunidade. -----

A prática desportiva, associativa e cultural é uma das prioridades do Município. O respeito e apreço que temos por todos quantos fazem parte deste mundo, são inequívocos. -----

Mas este apoio vai muito além da atribuição de um valor financeiro. Está patente nas melhorias, requalificações e reabilitações que o Município tem realizado em infraestruturas desportivas, assim como em muitas sedes e estruturas pertencentes às nossas associações. --

O aumento tão expressivo do investimento no associativismo é ainda resultado, não podemos esquecer, do crescimento da dinâmica das associações pelo que devemos aplaudir e felicitar todos os dirigentes, órgãos sociais, atletas, equipas técnicas e funcionários, pelo magnífico trabalho que têm vindo a desenvolver, pela entrega e dedicação, e, claro está, pelos incríveis resultados alcançados que muito nos honram, orgulham e, acima de tudo, dignificam o bom nome do concelho de Ourém a nível nacional e internacional.” -----

= **JOÃO FILIPE CAMPOS CATARINO**, Grupo Municipal PPD/PSD, apresentou a seguinte declaração: **“Saúde no concelho de Ourém** -----

Um dos principais problemas do acesso dos utentes ao Serviço Nacional de Saúde, prende-se com a falta de médicos especialistas em medicina geral e familiar, que sendo de âmbito nacional afeta particularmente concelhos de Lisboa e Vale do Tejo. -----

Também em Ourém este problema tem colocado enormes desafios aos decisores políticos, devido à falta destes profissionais de saúde nas respetivas unidades, afetando um número significativo de utentes. -----

Apesar da colocação de médicos estar dependente do Ministério da Saúde, o Município de Ourém, e bem, tem procurado encontrar soluções de proximidade, implementando um conjunto de políticas públicas com grande investimento financeiro, no sentido de garantir recursos adequados e promover a fixação de profissionais de saúde na região. -----



Exemplo disso é o projeto "Bata Branca", em parceria com a ULS da região de Leiria que desde 1 de fevereiro de 2023 permitiu contratar nove médicos perfazendo atualmente 225 horas semanais de atendimento, com o objetivo de melhorar o acesso da população aos cuidados de saúde primários, especialmente nas extensões de saúde do concelho. -----

Em paralelo, o Município de Ourém, desenvolveu um programa de incentivos à fixação de médicos no concelho e simultaneamente tem vindo a investir na requalificação das várias extensões de saúde, estando ainda em curso a ampliação dos Centros de Saúde de Fátima e Ourém, visando garantir melhores condições no acesso aos cuidados de saúde a todos os munícipes. -----

Recentemente foram inaugurados seis Balcões SNS24 localizados em Caxarias, Espite, Ribeira do Fárrio, Freixianda, Matas e Rio de Couros, com o objetivo de facilitar e promover o acesso aos serviços digitais e de telessaúde, entre os cidadãos e os profissionais de saúde do Serviço Nacional de Saúde, constituindo mais uma ferramenta no acesso a cuidados médicos no concelho. -----

Apesar do enorme investimento que estas iniciativas representam, o município de Ourém tem acompanhado de perto a situação da falta de médicos de família e continua a trabalhar em conjunto com as entidades responsáveis da saúde para atrair e reter profissionais de saúde, garantindo assim um atendimento adequado à população. -----

O grupo municipal do PSD destaca e enaltece a intervenção do Município na procura de soluções para minimizar os constrangimentos verificados na área da saúde." -----

= **FILIPPE REMI CALLEBAUT MENDES**, Grupo Municipal PS, apresentou a seguinte declaração: "Cumprimento o Senhor Presidente desta Assembleia, -----

Excelentíssimo Presidente da Câmara e Vereadores, -----

Excelentíssimos Senhores. -----

A Porto Editora, passo a publicidade, no seu dicionário dá-nos sinónimos para o termo progresso, como aperfeiçoamento ou desenvolvimento. -----

Ora, na última Assembleia Municipal, aquando da discussão do Orçamento, o termo progresso foi diversas vezes aplicado aqui para justificar aquilo que ainda se vai chamando de receitas,



que será um saquear do orçamento familiar, sem dó nem piedade, defendido por aqueles que, antes de mais, deveriam defender as famílias, pois como se diz, é bom viver em Ourém. -----
Ora, após anos a alcatroar estradas, becos e serventias com alguma orientação mal definida, de seguida esventrar-se as mesmas estradas ou caminhos, pois alguma coisa tinha ficado por fazer. -----

Tivemos também a época dos pavilhões. Nasceram pavilhões, primeiro desportivos, depois numa versão mais moderna, chamados multiusos, por todas as freguesias e, mais recentemente, também alguns campos de ténis. E todos sabemos o estado de deterioração a que alguns estão votados por falta de uso ou manutenção. -----

Neste lote de construções progressistas incluiria também o célebre centro de negócios, onde a pouca utilidade é relativa face ao custo que teve e as despesas de manutenção que vai tendo. Atualmente, o progresso regressa em modelos vencedores já vistos, onde o alcatrão é novamente soberano. E na versão atual do desporto, avançamos com relvados sintéticos e ousaria dizer também com alguma frontalidade, outras construções que vamos apelidando de centros de saúde. -----

No entanto, enquanto este chamado progresso, que vive tempos felizes, acompanha as famílias distraídas, sendo elas espoliadas de algo que com os números, nos acordam para a realidade. São cerca de dois milhões e meio de euros, aproximadamente, entre IRS e IMI, que poderiam devolver às famílias anualmente. Senhores, dois milhões e meio de euros, por ano, 10 milhões por mandato. Dois mandatos, 20 milhões, num concelho com pouco mais de 45.000 residentes. -----

Como alguém dizia, é só fazer as contas. Mas eu digo, cada um faça as suas contas e perceba o que poderia ter e que não tem, pois, o progresso municipal assim o obriga. -----

Estranhamente passa aquela sensação de lobo em pele de cordeiro, onde todos devem contribuir para o Estado, sendo ele a distribuir a riqueza por quem e onde lhe bem entende. E mesmo assim não conseguem trazer água, um bem essencial à existência humana, a preços razoáveis. -----

Tenho dito.” -----



= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES**, Grupo Municipal PPD/PSD, apresentou a seguinte declaração: “Boa tarde, -----

Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes e a quem nos ouve pelos meios digitais. -----

Mesmo passado algum tempo, entende-se ser de referenciar a forma como foi vivenciada, no Concelho de Ourém, a época natalícia. -----

Desde a iluminação especial das ruas, o desfile com a chegada do Pai Natal, os mercadinhos de Natal e divertimentos, exposições de Presépios, espetáculos e concertos diversos, tudo isso deu mais cor e brilho às cidades de Ourém e Fátima e um pouco por todo o concelho. -----

O Município de Ourém voltou a apostar num programa diversificado com a colaboração imprescindível de diferentes associações e outras entidades do concelho. -----

Registe-se o acréscimo significativo de movimento de pessoas originado pelas diferentes atividades e concertos realizados. -----

O Teatro Municipal de Ourém acolheu vários tipos de espetáculos, assim como o Museu Municipal e a Biblioteca, onde ocorreram diversas iniciativas natalícias. -----

Em Fátima, houve mercadinhos, exposição de presépios promovidos por diferentes instituições de Fátima e a Árvore de Natal do Rotary Club. -----

Destacam-se ainda os espetáculos promovidos por diferentes associações do concelho como a Academia de Música Banda de Ourém, o Conservatório de Música e Artes do Centro, a Ourearte, a Sociedade Filarmónica Ouriense, a Filarmónica 1º de Dezembro Cultural e Artística Vilarense Reis Prazeres, a Universidade Sénior de Ourém, o Grupo de Cantares Populares das Fontainhas de Seiça, o Rancho Folclórico “Moleiros da Ribeira”, o Centro Cultural e Recreativo de Peras Ruivas e a Casa do Povo de Fátima. -----

As associações de cariz desportivo também não quiseram ficar à margem desta quadra e prepararam iniciativas tão variadas quanto o espetáculo de patinagem “Circus”, da Juventude Ouriense, as oficinas de patinagem ou o Sarau de Ginástica dos Raposinhos. -----

Congratulamo-nos por toda a organização efetuada pelo município, e dinamismo das diferentes associações envolvidas, assim como juntas freguesia, que permitiram vivenciarmos a época



natalícia com mais brilho, possibilitando ainda um acréscimo significativo de movimento de pessoas em todos os locais onde se efetuaram eventos. -----

A colaboração entre todos tornou mais rico o programa realizado e, assim, foi possível oferecer aos ourienses, novas e divertidas formas de viverem esta época especial.” -----

= **CLÁUDIA MARIA PEREIRA CAMPOS**, Grupo Municipal PPD/PSD, apresentou a seguinte declaração: “**IV Semana da Educação** -----

A IV Semana da Educação 2025 realizada entre 10 a 14 de fevereiro teve como tema central Reflexão e Ação para uma Escola Transformadora. -----

Em torno desta temática foram desenvolvidas diversas iniciativas destinadas aos alunos, mas simultaneamente aos docentes e outros profissionais de educação que trabalham nas escolas do concelho. -----

Do programa constaram diversas atividades, workshops, conferências e as principais temáticas a abordar – Inteligência Artificial, Tecnologias, Impacto da Inteligência Emocional na Educação, Coaching para Docentes, Migrantes e ainda a realização do Fórum Estudante, representaram uma oportunidade de consolidação de novos conhecimentos para alunos e uma partilha de experiências entre os docentes. -----

Os deputados municipais do PSD parabenizam o executivo municipal pela concretização de uma iniciativa com enorme impacto para a educação do concelho, evidenciado pelo enorme entusiasmo e envolvimento da comunidade educativa, destacando a importância que iniciativas deste género representam para a melhoria do sucesso educativo dos alunos e do desenvolvimento do concelho.” -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

= **ANA MARGARIDA HENRIQUES NEVES VIEIRA**, Primeira Secretária da AMO, apresentou o seguinte voto de pesar: “A Assembleia Municipal de Ourém manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de **Manuel Poças das Neves**, conhecido pelo pseudónimo **MAPONE**, ocorrido a 20 de fevereiro de 2025. -----

Natural de Reguengo do Fetal, Batalha, Manuel Poças das Neves teve um percurso profissional e cívico notável, destacando-se em diversas áreas, nomeadamente no jornalismo, turismo e cultura gastronómica, tendo deixado uma marca indelével no concelho de Ourém. ----



O seu envolvimento no jornalismo local e nacional revelou-se fundamental para a valorização e promoção do território. Foi colaborador assíduo do *Jornal de Fátima* e do *Notícias de Fátima*, mantendo-se ativo ao longo de 25 anos, através dos quais contribuiu significativamente para a divulgação das potencialidades da região. Além disso, a sua participação na fundação e direção de diversos periódicos consolidou o seu compromisso com a informação e o desenvolvimento das comunidades locais. -----

No âmbito do turismo, o seu contributo foi de particular importância para Ourém e Fátima. Durante o período em que exerceu funções como Secretário-Geral da Região de Turismo Rota do Sol (1983-1993), liderou diversas iniciativas de promoção turística, destacando-se a organização do **X Congresso das Agências de Viagens e Turismo** em Fátima, bem como a implementação das **Jornadas de Desenvolvimento e Promoção Turística**. Estas ações revelaram-se fundamentais para o crescimento e reconhecimento da região como destino turístico de referência. -----

A sua paixão pela gastronomia resultou em vários contributos relevantes, incluindo a publicação de obras dedicadas à culinária regional, como *Sabores da Região de Leiria/Fátima* e *Achegas para a Carta Gastronómica da Rota do Sol*. -----

O seu legado literário inclui não só romances e ensaios, mas também estudos de etnografia e história local, contribuindo para a valorização da memória e das tradições do concelho de Ourém. -----

Pelo seu percurso notável, a sua dedicação incansável e o seu amor pelo concelho, Manuel Poças das Neves deixa um vazio imenso na cultura, no jornalismo e na história local. -----

A Assembleia Municipal de Ourém expressa as mais sentidas condolências à família, amigos e a todos aqueles que com ele privaram, prestando homenagem a um homem cuja vida foi sinónimo de entrega e paixão pelas suas raízes.” -----

-----**Submetido a votação do plenário, foi este Voto de Pesar aprovado, por unanimidade** -----

----- **02 - ORDEM DO DIA** -----



02.01 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, tendo-se registado a seguinte intervenção: -----

----- MARCO PAULO ROCHA, concelho de Ourém, expôs o seguinte: “Muito boa tarde. Não tenho muito jeito para estas coisas políticas, mas quero dizer aqui algumas coisas. ----- Moro, há cinco anos, ao lado do mercado de Fátima e já falei com o senhor Presidente Albuquerque e com o senhor Vereador Rui Vital sobre estas questões. -----

Para além da calçada que escorrega, eu não tenho uma perna, tenho a minha mãe com Parkinson e há muita gente que por ali passa. Há buracos na estrada, com poças de água, e as pessoas molham-se mesmo no passeio quando passam os carros. -----

Além disso, o lugar para deficiente, que eu ali pus e que foi pedido, mas parece que fui eu que tive o desejo de pôr ali o lugar, acontece que já fui ameaçado, trancaram-me as portas do carro. Levantaram uma calçada na rua 13 de Maio para fazer umas marcações, mas ali não são capazes de pôr um bocado de tinta. -----

O senhor vereador Rui Vital, foi o último que soube da situação e disse que ia resolver, mas até hoje, não resolveu. A única pessoa, na Câmara, que fez alguma coisa, foi o senhor Pedro Pereira, pediu para tirar um poste de luz que estava no meio do passeio, onde nem uma cadeira de rodas passava. Graças a Deus, agora já se passa. -----

Eu não olho só por mim, olho também pelos outros, estive em Alcoitão e vivi muitas coisas. ----

As pessoas sentem dificuldades naquela rua. Depois admiram-se que haja movimentos, como “Fátima Independente”. -----

Fizeram obras no mercado. Ficou muito bonito. Eu gosto de ver, mas o acesso à estrada continua a estar vergonhoso. Se precisarem de fotos, tenho aqui, posso mostrar. -----

Há coisas que eu não consigo entender, muito menos ser evitado. Eu não preciso ser politicamente correto, mas também há o politicamente correto. Há muitas maneiras de mandar uma pessoa, dar uma volta sem dizer um palavrão. -----

Tenho a minha luta de vida. Moro ali há cinco anos com a minha mãe e tenho que levar as minhas coisas, as minhas compras e as coisas dela. Ninguém tem culpa desta minha vida, mas



eu tenho de ter acesso à minha casa. Pago os meus impostos, por isso tenho de ter acesso como deve ser. -----

E, há cinco anos que isto se arrasta. -----

Além disso, não tenho que pedir licença para sair do meu prédio, que é o que acontece, põem, como podem ver, a carrinha à frente do prédio. O senhor Vereador Vital disse que também ia tratar disso. E, se a minha mãe tiver que sair de emergência, como já aconteceu, tenho lá um carro parado em frente ao prédio. Isto são coisas que acontecem! -----

Obrigado.” -----

02.02 – ATIVIDADE MUNICIPAL – APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL apresentou uma informação acerca da atividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a seguir se reproduz: “Excelentíssimos, -----
Senhor Presidente da Assembleia Municipal e digníssima Mesa, -----
Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----
Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, -----
Senhoras e Senhores Jornalistas e demais profissionais da Comunicação Social, -----
Senhoras e Senhores, presentes nesta sala, ou que nos acompanham através da transmissão online ou pela antena da rádio ABC Portugal -----

Estimados ourenses, -----

Sendo este o nosso primeiro contacto do ano em sede de Assembleia Municipal, quero iniciar esta minha intervenção com votos de um 2025 repleto de realizações pessoais e profissionais, desejando, acima de tudo, que este ano seja ainda mais positivo contribuindo para um desenvolvimento sustentável deste nosso Concelho de Ourém. -----



Permitam-me que inicie esta minha intervenção, recuando ao final do ano passado, para recuperar a iniciativa Natal em Ourém, lembrando os diversos acontecimentos que a ela estiveram associados, mas detalhando sobre um deles em particular: -----

Falo da Campanha de Apoio ao Comércio de Natal, uma iniciativa que lançámos em 2021, em pleno período pandémico, e que já vai na sua quarta edição, tal é a importância que a mesma tem tido para a economia local. -----

Esta campanha teve início a 1 de dezembro do ano passado e terminou a 6 de janeiro deste ano, contando com a adesão e o envolvimento de 147 estabelecimentos do Concelho de Ourém. É um número superior ao do ano anterior, que também prova a importância e o impacto desta iniciativa. -----

Além do público em geral, esta edição também contemplou a entrega de um total de 5 584 vouchers aos alunos do nosso Concelho. Foram distribuídos aos alunos do 5.º ao 12.º ano, e puderam ser descontados nas lojas aderentes. -----

Em contas simples: foram distribuídos 1 261 vouchers no valor de 50 euros, para beneficiários do escalão A; 1 069 vouchers destinados ao escalão B, no valor de 30 euros; e ainda 3 254 vouchers no valor de 15 euros, para as crianças e jovens sem escalão. -----

Tudo isto resultou num sorteio que envolveu cerca de 82 mil cupões. Sabendo nós que cada estabelecimento aderente distribuiu um cupão a cada 15 euros realizados, verificamos um volume de vendas superior a 1 milhão e 230 mil euros! -----

Quero também sublinhar a maior agilidade deste processo, resultante das diversas alterações que fomos levando a cabo, no sentido de acelerar o reembolso dos valores devidos aos estabelecimentos aderentes. -----

Por tudo isto e tanto mais, é justo reafirmar perante esta digníssima Assembleia e diante de todos os ourenses, que a Campanha de Apoio ao Comércio Local deve continuar neste seu caminho de consolidação, uma vez que responde, de forma cabal, ao objetivo de dinamizar a economia local e apoiar as famílias do nosso Concelho. -----

Permitam-me ainda uma nota, muito positiva, para a afluência de público, durante o período Natalício, ao Jardim de Le Plessis-Trévis. Neste período, ocorreram mais de 75 000 visitas, o que reflete bem o sucesso do conjunto de atividades aí desenvolvidas. -----



Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Do Natal para o Carnaval, transporto esta minha intervenção para outra época festiva que muito diz a todos os ourenses. O Carnaval em Ourém está de volta, com mais uma edição do grande curso carnavalesco pelas ruas da cidade-sede do Concelho. -----

Será já no próximo dia 2 de março, um verdadeiro domingo gordo, com desfile nas ruas da cidade a partir das 15 horas. -----

Mais uma vez, para que esta iniciativa pudesse ter ainda maior alcance, tivemos o cuidado de envolver Município, Juntas de Freguesia, Escolas e Movimento Associativo. -----

Com o envolvimento de todos, estou convicto de que fortalecemos a união e o espírito de comunidade, contribuindo para a coesão social deste nosso território, através de iniciativas que também preservam tradições. -----

O Carnaval em Ourém 2025 será, seguramente, um sucesso de adesão popular, sustentado também no espírito pró-ativo das escolas e associações que responderam afirmativamente ao nosso desafio, estando inscritas 22 associações, com aproximadamente 1500 figurantes. -----

Vai ser de certeza um grande momento e aproveito o ensejo para vos convidar a todos a assistir. -----

E porque somos um município inclusivo, permitam-me que releve que no dia 3 de março, irá ocorrer o Carnaval Sénior, com um desfile de mascarados, no Centro Exposições e que contará com a participação de 17 instituições, que fazem parte do Grupo de Envelhecimento da Rede Social e cerca de 350 figurantes. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

A propósito de grandes iniciativas, destaco agora a Semana da Educação, levada a cabo pelo Município, entre 10 e 14 de fevereiro. -----

Pelo quarto ano consecutivo, a Divisão de Educação da Câmara Municipal de Ourém organizou um verdadeiro produto de excelência, bem refletido em cinco dias de partilha de conhecimentos, experiências e sabedoria. -----

Sustentado no tema “Reflexão e Ação para uma Escola Transformadora”, a 4.^a edição da Semana da Educação, procurou congrega um conjunto de iniciativas destinadas aos alunos,



mas simultaneamente aos docentes e técnicos especializados da Educação, de todas as organizações educativas do nosso Concelho. -----

Só podemos concluir que os objetivos desta iniciativa foram, mais uma vez, claramente concretizados. Prova disso foi o entusiasmo e o envolvimento da comunidade educativa na partilha de práticas e experiências construtivas, ao longo daqueles dias, a partir de temas fundamentais como a Inteligência Artificial, as Tecnologias, o Impacto da Inteligência Emocional na Educação, Coaching para Docentes, Migrantes, entre outros. -----

A Semana da Educação de Ourém é cada vez mais um espaço de reflexão sobre os desafios e as potencialidades da educação no concelho. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Dentro de poucas semanas, terá início mais uma edição da Bolsa de Turismo de Lisboa. A BTL dispensa apresentações e o Concelho de Ourém voltará a estar bem representado. Não poderia ser de outra forma, tendo em conta a dimensão deste certame e todos os benefícios e vantagens que dele podemos retirar. -----

De 12 a 16 de março, vamos consolidar Ourém enquanto destino turístico. O nosso território voltará a estar presente e a ser responsável pela organização de um stand temático, subordinado ao Turismo Religioso. -----

Trata-se de uma oportunidade estratégica para a promoção do nosso território, dos nossos recursos e das nossas valias. Será também uma oportunidade para consolidar a posição de Ourém-Fátima, enquanto destino turístico de relevo, no contexto do Turismo Religioso, quer a nível nacional, quer a nível internacional, e que ficou, mais uma vez bem demonstrado, de acordo com os dados estatísticos recentemente conhecidos (1259364 dormidas em 2024. Um valor 9,3% superior em relação a 2023 e que representam aproximadamente 80% das dormidas no Médio Tejo. De acordo com o Santuário estimam-se em 6,2 milhões de peregrinos em 2024) -----

Aproveito esta oportunidade para convidar todos a visitarem a BTL e passarem no nosso stand, inserido no Stand de Turismo Religioso -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----



Vivemos num contexto em que as alterações climáticas representam um dos maiores desafios enfrentados pela humanidade no século XXI, precisamente porque nos colocam sob o espectro de uma série de consequências drásticas e imprevisíveis para o futuro do nosso planeta. -----

O aumento das temperaturas globais, a elevação do nível do mar e a intensificação de eventos climáticos extremos, como secas e tempestades, geram uma incerteza alarmante sobre como esses fenómenos poderão afetar ecossistemas, economias e comunidades ao redor do Mundo. A urgência de ações coletivas e políticas eficazes torna-se ainda mais evidente, à medida que buscamos não apenas mitigar os impactos das mudanças climáticas, mas também adaptar-nos a um futuro incerto. -----

Serve esta introdução para realçar e enfatizar o facto de o Município de Ourém ter conquistado o direito a hastear a Bandeira ECO XXI, pelo quinto ano consecutivo! -----

Com grande entusiasmo, sublinho que Ourém foi um dos 59 municípios galardoados. O nosso Concelho está no lote daqueles que se destacam pelos resultados alcançados, assim como pelo progresso contínuo em áreas como a educação ambiental, a mobilidade sustentável e o turismo responsável. -----

Com grande orgulho, deixo aqui bem vincado que Ourém obteve um índice global de 67,9 por cento na escala de avaliação deste programa. Foi o melhor resultado que obtivemos, desde que o nosso território começou a ser avaliado de acordo com os critérios indispensáveis à atribuição da Bandeira ECO XXI. -----

Já tive a oportunidade de afirmar, mas repito aqui perante vós: este resultado é fruto de um esforço conjunto entre o Município e todas as entidades envolvidas neste processo contínuo de melhoria da sustentabilidade e da preservação ambiental. Está de parabéns o Município de Ourém, assim como estabelecimentos escolares, juntas de freguesia e demais munícipes envolvidos neste processo tão importante para o futuro de todos nós. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Transporto agora esta minha intervenção para o Movimento Associativo de Ourém. Falo, em concreto, do programa municipal de apoio ao associativismo e dos valores a atribuir para este ano. -----



Para 2025, prevemos atribuir um valor total de cerca de 680 mil euros, distribuído por 78 associações. Estamos perante um acréscimo de aproximadamente 165 mil euros relativamente a 2024, sendo que o valor total está dividido entre associativismo desportivo e associativismo cultural e juvenil. -----

Em rigor, vamos atribuir cerca de 465 mil euros às associações desportivas, cerca de 200 mil euros às associações culturais e cerca quinze mil a associações juvenis. -----

Mais uma vez, e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, conseguimos reforçar o valor global e aumentar esse mesmo montante em relação ao período anterior. -----

É o resultado de um esforço financeiro muito significativo, assim como também é o reflexo do reconhecimento e da consideração que temos pelo trabalho de excelência que é feito pela maioria das coletividades que dão corpo ao Movimento Associativo do Concelho de Ourém. ----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

A questão da Saúde continua bem assente no topo da pirâmide das nossas preocupações. Não sendo este um problema da competência das autarquias, cabe-nos tentar minimizar os problemas, encontrando soluções. -----

É isso que o Executivo que lidero tem vindo a fazer, ao longo dos últimos anos. Estou absolutamente convicto de que o Município de Ourém está na linha da frente, seguramente entre aqueles que mais contribuem para a resolução dos problemas. -----

Foi nesse contexto que aderimos ao Projeto Bata Branca. E foi também neste mesmo contexto que acabámos de assinar mais uma renovação deste acordo de cooperação, que nos permite colocar profissionais de saúde ao serviço dos utentes ourenses. -----

Estamos perante um novo acordo, que surja na sequência da reformulação deste princípio de cooperação entre as partes envolvidas. Ao longo deste ano e até ao seu final, o projeto Bata Branca garante 225 horas semanais de atendimento médico nas Unidades de Cuidados de Saúde Primários (UCSP) de Ourém. Com estas horas semanais de atendimento e 10 médicos contratados, estamos em condições de afirmar que, pela primeira vez nos últimos anos, todas as extensões de saúde do concelho têm um médico de família ou um médico assistente, pelo menos uma vez por semana -----



Mesmo não sendo uma competência atribuída às autarquias, queremos continuar a garantir que todas as extensões de saúde do Concelho tenham médicos ao serviço da população. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Precisamente porque continuamos profundamente envolvidos na criação das melhores condições de acesso aos cuidados de saúde, procedemos, no início deste mês de fevereiro, à abertura de seis novos Balcões SNS 24 no concelho de Ourém. -----

Caxarias, Espite, Ribeira do Fárrio, Freixianda, Matas e Rio de Couros passam a ser também uma solução prática e acessível para aceder aos serviços digitais do Serviço Nacional de Saúde. -----

Os Balcões SNS 24 asseguram apoio presencial aos munícipes que revelam dificuldades na utilização dos meios online, permitindo-lhes realizar diversos serviços do SNS sem necessidade de se deslocarem a uma unidade de saúde. -----

Reforço que o nosso comprometimento é total para com o tema da saúde. E esta afirmação resulta evidente em vários quadrantes. -----

Informo que foi disponibilizado, pela ULS de Leiria, um serviço de teleconsultas, no Centro de Saúde de Ourém, e que desde o seu início já foram realizadas cerca de 200 teleconsultas. Estamos a falar de um serviço diário, assegurado por dois médicos de família. -----

Paralelamente, estamos a desenvolver esforços no sentido da constituição de uma Unidade de Saúde Familiar no Centro de Saúde de Ourém e estou convicto de que, a curto prazo, o Centro de Saúde de Ourém terá o número de médicos necessários para garantir este serviço. -----

Estamos a dar passos seguros neste sentido, através de um conjunto de medidas que consolidam a determinação do Município de Ourém em assegurar melhores condições aos ourenses no acesso a cuidados de saúde. -----

São disso exemplo as intervenções previstas para os centros de saúde de Fátima e de Ourém. O Centro de Saúde de Fátima já está a ser alvo de obras de requalificação e ampliação do edifício original. Estamos perante um investimento de 1,44 milhões de euros, integralmente financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência. -----



O Centro de Saúde de Ourém também já tem projeto aprovado e concurso lançado. Aqui estamos a falar da ampliação e requalificação do edifício atual, e de um investimento a rondar os 2,4 milhões de euros. -----

Estou convicto de que o Município de Ourém está a desempenhar bem o seu papel enquanto promotor da criação de condições de acesso à saúde. -----

As medidas são inúmeras, os resultados são evidentes e estão à vista de todos. Tivéssemos nós competências para ir mais além em questões de saúde, e seguramente que o faríamos! ----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Além das empreitadas que já aqui mencionei, reforço que há muitas mais em curso e outras a caminho. Todas elas, seguramente importantes para o desenvolvimento do nosso Concelho. ---

A este propósito, permitam-me que detalhe sobre: -----

- A requalificação urbana da Estrada Nacional 113, com um custo de aproximadamente 1,8 milhões de euros; -----

- A requalificação da Avenida Irmã Lúcia de Jesus, no troço entre a Rotunda Sul e o limite da zona urbana de Fátima, num investimento de cerca de 3,4 milhões de euros; -----

- A Requalificação da Estrada de Minde, já com a 1.ª fase inaugurada, e agora com a 2.ª fase desta intervenção, a ter lugar entre o quilómetro 72,890 e o quilómetro 75, 875, numa empreitada que envolve aproximadamente 2,2 milhões de euros; -----

- A requalificação das Ruas Gregório Correia e de Castela, um projeto que vai privilegiar a ligação estratégica entre os lados nascente e poente da Cidade de Ourém. Estamos perante um investimento de cerca de 1,6 milhões de euros; -----

- Além destas intervenções que se encontram a decorrer ou em vias de se iniciar, quero salientar que em praticamente todas as freguesias do concelho estão a decorrer intervenções, em muito sugeridas pelos Srs. e Sras. Presidentes de Junta de Freguesia, e que vem acrescentar qualidade de vida de uma forma equilibrada em todo o concelho. -----

Em relação ao processo de habitação, estamos a trabalhar para construir 111 apartamentos para arrendamento acessível; 44 na Cidade de Ourém, 9 em Caxarias, 9 em Vilar dos Prazeres e 49 na Cidade de Fátima, num investimento total na ordem dos 18 milhões de euros. -----



Concluo este capítulo da minha intervenção, introduzindo outra novidade que a todos nos deve orgulhar. Falo da nova Loja do Cidadão, que vai nascer numa zona nobre da Cidade de Ourém, resultando da requalificação de um espaço degradado e devoluto, fechado ao público precisamente porque coloca em causa a segurança pública. -----

Estamos perante uma empreitada que vai ter lugar no edifício que albergava o terminal rodoviário e a praça do mercado. É uma obra estimada em cerca de quatro milhões de euros, e que aloca as áreas afetas aos Serviços da Segurança Social, ao Instituto Registo Notarial e aos Serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira, e que prevemos lançar o respetivo procedimento concursal no próximo mês de março. -----

Minhas Senhoras, Meus Senhores -----

Continua inabalável o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Concelho de Ourém. -----

Estou convicto de que podemos continuar a construir um futuro mais próspero e equilibrado. --

Estimados ourenses, avançamos juntos, com determinação e esperança, na direção de um amanhã ainda melhor para todos nós. -----

Obrigado.” -----

----- Foram ainda remetidos os anexos, abaixo referidos, tendo os mesmos sido dados a conhecer a todos os membros constituintes do plenário -----

- Listagem de participações e reuniões de maior relevo -----
- Relatórios das diversas estruturas -----

Anexo	Nova Estrutura	Nomenclatura
Anexo A	Divisão de Gestão Financeira	DGF
Anexo A.i)	Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento	SCPA
Anexo B	Divisão de Recursos Humanos e Informática	DRHI
Anexo C	Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos	DOMSU
Anexo D	Divisão de Urbanismo e Território	DUT
Anexo D.i)	Serviço de Apoio Urbanístico	SAU
Anexo E	Divisão de Ação Cultural	DAC
Anexo F	Divisão de Educação	DE



Anexo G	Divisão de Apoio a Fundos Comunitários e Expediente	DAFCE
Anexo H	Divisão de Empreendedorismo e Turismo	DET
Anexo I	Divisão de Ambiente e Sustentabilidade	DAS
Anexo J	Divisão de Projetos Técnicos	DPT
Anexo K	Gabinete Técnico Florestal	GTF
Anexo L	Serviço de Planeamento do Território	SPT
Anexo M	Serviço de Atividades Municipais	SAM
Anexo N	Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude	SADJ
Anexo O	Serviço de Ação Social e Saúde	SASS
Anexo P	Gabinete de Comunicação e Imagem	GIC
Anexo Q	Divisão de Proteção Civil	DPC
Anexo R	Serviço de Fiscalização e Contencioso	SFC
Anexo S	Equipa Multidisciplinar – Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito	EMHMATT

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

= **HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA**, Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, questionou sobre o ponto de situação de dois processos em Fátima: -----

- Estrada de Minde – segunda fase, troço entre Boleiros e o limite do concelho de Alcanena, localidade de Vale Alto; -----

- Requalificação da Rua Dr. Júlio Constantino. -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Conforme a intervenção inicial e reportando-nos, primeiramente ao assunto dessa intervenção, algo que preocupa muitas pessoas do nosso concelho. Não sendo um assunto para já que vem a esta Assembleia Municipal, mas possivelmente até há de vir numa data vindoura. -----

Primeiro que tudo, agradecer a “fita do tempo” que enviaram, hoje. aos líderes municipais, distribuída conforme os procedimentos camarários. -----

Em relação a isso, é um documento muito técnico, mas depois de algumas das coisas que consegui visualizar lá, a primeira questão é, e foi também uma pergunta que a Inspeção Geral da Agricultura e do Mar fez, as comunicações às entidades



fornecedoras de eletricidade, gás e água, foram feitas em que dia? Na “fita do tempo” não vem a informação do dia em que isso foi feito e a fase em foram feitas essas comunicações. Possivelmente posterior ao pedido de encerramento, mas era importante saber e a inspeção Geral também ficou com dúvidas sobre isso, no comunicado que fez, ficou com dúvidas. -----

A mesma Inspeção Geral diz, conforme notícias publicadas e documentos que circulam, e deixe-me dizer-lhe as palavras: *“comunicou à CCDR de Lisboa e Vale do Tejo e à Agência Portuguesa do Ambiente que se abstenha de aprovar qualquer proposta de delimitação da REN que lhe possa ser submetida pela Câmara Municipal de Ourém, no contexto da alteração do seu PDM, sem que esta assegure, através de uma avaliação ambiental, estratégica consagrada no Decreto-Lei n.º 232, de 2007, a identificação, a descrição e a avaliação dos seus impactos no ambiente”*. -----

Ora, quando esta Inspeção Geral dá este conselho, e faz mais observações, será que existe algum receio desta Inspeção, que o processo de instrução deste procedimento seja demasiado leve para a dimensão do problema. Ou seja, existe receio que o processo não vá bem instruído e se faça de uma maneira que evite que esta avaliação ambiental estratégica, e vou dar um exemplo, é do tipo daquela que foi feita para o aeroporto, é um procedimento grande, moroso e que não é fácil de executar. -----

A alteração do PDM que o senhor Presidente de Câmara já aflorou aqui numa destas assembleias, que serviria para legalizar mais de 20 empresas e empreendimentos no concelho, estava para incluir a zona onde estão estas obras do Grupo Verdasca? Esta mega alteração do PDM, pouco tempo depois da recente alteração, é uma demonstração que foi mal-executada ou foi feita de maneira relativamente limitada em relação ao futuro. -----

Eram estas questões que tenho, numa primeira fase.” -----

= **CARLOS ALBERTO DE JESUS PEREIRA MARQUES**, Representante do Grupo Municipal PPD/PSD, expôs o seguinte: “Gostaria de colocar duas questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal. -----



O Município de Ourém está a realizar um conjunto de obras na Praia Fluvial do Agroal, procurando dar mais e melhores condições aos turistas e visitantes e munícipes.

É um investimento de cerca de 280.000 € na criação de uma piscina para crianças com a profundidade de até 40 centímetros, com uma zona de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, entre outros trabalhos. Pergunta-se, será que a obra terá o seu término antes de ocorrer a abertura da época balnear? -----

A segunda pergunta. Senhor Presidente, abriu no dia 23 de outubro do ano passado, em instalações do Município, a Loja AIMA, fruto de um protocolo com esta agência, com um balcão de atendimento com o objetivo de facilitar, simplificar os procedimentos inerentes à regularização da comunidade imigrante, cada vez mais presente no nosso concelho. Volvidos quatro meses após a sua abertura, qual é o ponto da situação? -----

Obrigado” -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal MOVE, expôs o seguinte: “A propósito da informação que nos foi remetida sobre o processo relativo à construção do grupo Verdasca & Verdasca, em primeiro lugar, gostaríamos de salientar a falta do essencial: -----

- As datas em que foram recebidos na CMO os pedidos de licenciamento, qual a sua natureza, bem como a resposta da CMO a esses pedidos; -----
- Saber se a CMO já decidiu por indeferir qualquer pedido de licenciamento? -----

Dúvidas adicionais: -----

- Sabe-se que a primeira fiscalização da obra foi feita pela CMO em 10-05-2023, e isto após ter sido notificada pela GNR. -----

Sendo assim, pergunto: à data de 10-05-2023 já tinha entrado na CMO algum pedido de licenciamento, e se sim, já tinha sido dada alguma resposta à empresa? -----

E pergunto isto, porque, ao que se saiba, a CMO não fez nenhuma fiscalização antes de 10-05-2023, mesmo sabendo-se que a empresa já estava a trabalhar ilegalmente há mais de um ano e meio. -----

- Qual a razão por que a CMO viu necessidade de pedir a uma consultora externa um parecer, sendo certo que o mesmo foi solicitado apenas em 22-11-2024, portanto cerca de um ano e meio após ter tido conhecimento das alegadas ilegalidades, e, neste



sentido, saber se para a CMO os planos de ordenamento do território em vigor não são suficientemente claros sobre esta matéria que justifiquem o recurso a uma consultoria externa? -----

Ora, ninguém, e muito menos a CMO, podia ignorar que as intervenções levadas a cabo, para além de violarem o regime jurídico da REN, estão também em zona de floresta de conservação, que de resto é definida no PDM de Ourém e onde não se pode construir! -----

Devo dizer também, que a “fita do tempo” disponibilizada aos deputados municipais pela CMO, também nada nos diz em relação à data e à argumentação do pedido que a CMO fez de alteração à delimitação da REN e do PDM de Ourém, e que esteve, ou está, em análise na CCDDR-LVT, alegadamente com o intuito de facilitar este licenciamento. -----

Não posso deixar de referir também que este pedido da CMO, de alteração da delimitação da REN e do PDM de Ourém, foi feito sem o conhecimento e à revelia desta AMO, que, no mínimo, deveria ter sido informada desta intenção. -----

Por tudo isto, solicitamos igualmente que seja incluída na “fita do tempo” a explicação deste processo apresentado junto da CCDDR-LVT, bem como a data e a argumentação que fundamentou este pedido. -----

- Por outro lado, sabemos que a CMO já pediu às entidades responsáveis o corte de energia, gás e água. -----

Pergunto: cairá apenas sobre estas empresas a responsabilidade de ainda não o terem feito? --

- Por fim, pergunto se a CMO já interditou a passagem de pesados nas estradas onde esta empresa tem praticamente o monopólio da passagem, sabendo-se que está a desenvolver trabalhos, alegadamente, em crime de desobediência e de forma manifestamente ilegal. -----

E pergunto isto, porque, obviamente, a circulação rodoviária e a qualidade de vida das pessoas ali residentes está também ela degradada, razão por que entendemos que a salvaguarda do bem-estar destas pessoas é uma responsabilidade da CMO. -----

Obrigado.” -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, -----



Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores -----

Caros eleitos e caros colegas -----

Na exposição, o Senhor Presidente elencou algumas empreitadas em curso. -----

Dado que há um tema bastante importante que foi aqui falado, que tem a ver com a questão das creches e que consta da ordem de trabalhos, ou seja, ponto relativamente à construção da futura creche das Louçãs, entendo que seria importante fazer o respetivo ponto de situação sobre as obras desta creche das Louçãs, para que todos tenham conhecimento e para que nos possa também dizer se, brevemente, temos ou não este equipamento disponível para a população. -----

Muito obrigado.” -----

= **HELENA SANTOS PEREIRA**, Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Muito boa tarde a todos. -----

Tinha aqui duas questões bastante breves, tendo em conta as que foram colocadas anteriormente. -----

Uma tem a ver com a questão que eu já trouxe aqui várias vezes, ou pelo menos algumas. Tem a ver com a questão dos prédios rústicos omissos na matriz. Perguntar até quando é que esta situação vai continuar? Temos prédios a demorar mais de dois anos para serem inscritos, quando o são. Há pessoas, há agricultores que dependem dos subsídios agrícolas, que são cedidos pelo Governo, e que não podem pedir os subsídios porque eles não têm uma caderneta, não tem um artigo associado aos terrenos. Dou o exemplo, do subsídio do azeite que, agora está em aberto, e as pessoas não podem de facto, pedir estes subsídios. -----

A questão também se coloca para cadernetas que estão indivisas, com vários proprietários, uma questão que também não dá para abranger. Era importante também haver aqui uma solução. Talvez dividir os artigos por secções, não sei o que é que é possível, mas as pessoas que estão no terreno e que estão na área, saberão certamente dar uma resposta a estas situações. -----

A segunda questão tem a ver aqui com o aumento do número de crianças e jovens em risco no nosso concelho. Infelizmente, é uma situação que se verifica também a nível nacional, o que é preocupante. -----



Pergunto ao senhor Presidente o que leva a este aumento? E aqui, em especial aos processos que foram reabertos. Uma notícia recente do Notícias de Fátima dava conta de 30 processos que foram reabertos no ano passado. Perguntava ao senhor Presidente quais são as medidas que este executivo está a pensar em tomar para tentar diminuir este número de casos e de crianças sinalizadas no nosso concelho. -----

Muito obrigado.” -----

= **OTÍLIA CRISTELA ANTUNES MARTO**, Grupo Municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos. -----

Cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Mesa e Senhor Presidente da Câmara. -----

Primeiramente, queria dizer que sou solidária com o senhor Marco. Não conhecia o caso e espero que o ajudem a resolver, se for da vossa competência, a situação que expôs. -----

Também ouvi com agrado o seu convite para visitarmos a BTL. Estou a fazer conta de o fazer e também gostaria de saber que tipo de presença é que o Ourém vai ter na BTL, tendo em conta a importância que ela tem para o turismo do nosso concelho. -----

Obrigada.” -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, Representante do Grupo Municipal CDS-PP, expôs o seguinte: “Muito boa tarde. -----

Cumprimento a todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Face às recentes notícias sobre o Centro de Reabilitação Fénix em Aldeia Nova, motivadas pela preocupação da população local e relativamente ao pedido de apoio que alegadamente terá sido pedido pela Associação Ukrainian Refugees UAPT, ao Município, questiono o senhor Presidente da Câmara se nos pode esclarecer sobre o ponto de situação, quanto à veracidade dessas informações. E, também, se existe algum enquadramento para que o Município possa apoiar a Associação de alguma forma. -----

Questiono também o que ainda falta para que o edifício possa operar plenamente e prestar os serviços para os quais foi reabilitado. -----

Muito obrigado” -----



----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

“- Senhor Presidente de Junta de Fátima, Humberto Silva, fala aqui em dois projetos que estão efetivamente em curso, a Estrada de Minde, segunda fase e a Rua Dr. Júlio Constantino. -----

Em relação à Estrada, segunda fase. Dizer que o processo está para apreciação do Tribunal de Contas. Já prestamos os devidos esclarecimentos, mas veio esta semana, um último esclarecimento. E, não sei se o processo não terá que voltar aqui à Assembleia Municipal, tem a ver com a plurianualidade. Como sabem, nós aprovamos aqui a plurianualidade com base numa previsão temporal de início de obra e, por força dos atrasos que se vão sucedendo, administrativos e inclusivamente de apreciação do Tribunal de Contas, esse cronograma fica desfasado. Ou seja, imaginemos que nós, para este ano, aprovámos um volume de obra de 1 milhão € e para o ano que vem um milhão e 200. Mas, com estes atrasos todos podemos estar a dizer que, em 2025, só são necessários 800.000 € e em 2026, 1.400.000 €. E é este desfasamento que, neste momento, é a única dúvida que o Tribunal de Contas tem perante este processo. Logo que isso esteja resolvido, se o Tribunal de Contas ficar satisfeito com as explicações e esclarecimentos que iremos dar sobre o processo, penso que, mais um mês, haverá condições para ser iniciada a obra. Se isso não acontecer, o processo terá que vir à Assembleia Municipal para deliberar uma nova plurianualidade, o que não deixa de ser caricato porque, se ele aqui vier, depois poderemos voltar ao mesmo, ou seja, se o Tribunal de Conta demorar mais um mês a apreciar, já não está outra vez bem a plurianualidade que vamos aprovar em abril. Mas, isto não é só com este processo, é um pouco com todos. É este o ponto de situação do processo. Logo que isso esteja resolvido, temos condições para assinar a consignação e iniciar a obra. -----

Em relação à Rua Dr. Júlio Constantino, em Fátima. Também é uma intervenção importante. Reconhecemos ser uma via, bem no centro da Cova da Iria, que não está devidamente requalificada, com passeios e uma ciclovia. O que lhe posso dizer é que já abrimos as propostas e, neste momento, elas estão a ser analisadas. Se não houver nada em contrário, sabemos já quem é a empresa que apresentou o valor mais baixo e que possivelmente irá fazer a obra. Depois, seguir-se-ão os processos administrativos, Tribunal de Contas,



assinaturas de contratos. Portanto, pensamos que, lá mais para o Verão, poderá haver condições para que possamos iniciar também esta intervenção. -----

Também aproveito, para lhe apelar a que, em conjunto com os nossos serviços, possamos começar a contactar os proprietários confinantes, porque vai ser necessário também entrar em algumas propriedades privadas para proceder ao alargamento e ao arranjo viário da via, que é sempre difícil. E, como nós sabemos, há sempre algumas dificuldades neste processo. Portanto, este é, hoje, o ponto de situação das duas empreitadas que questionou. -----

- Senhor Deputado Nuno Baptista e o senhor Deputado João Pereira. Falam-me aqui na questão do Grupo Verdasca. Eu acho que, o que nós enviamos para os senhores deputados, acho que esclarece tudo ou quase tudo, sobre o ponto de situação do processo. O processo está explicado quando é que foi iniciado, quando é que foi a primeira vez que os fiscais municipais estiveram no local e levantaram o primeiro auto de notícia, penso que em maio de 2023, não sei bem, mas será por aí, mais ou menos. Portanto, não há muito mais a acrescentar em relação àquilo que ali está.

Nós fizemos quatro embargos à obra. Há diversas obras que ali foram sendo executadas, desde pavilhões a muros, a central de betão. E fizemos um embargo à utilização do pavilhão por não ter licença. E, portanto, nós fizemos aquilo que tínhamos que fazer por cinco vezes. ----

O senhor Deputado Nuno Baptista diz, e bem, que é um precedente perigoso para qualquer pessoa que possa poder fazer aquilo que ali também foi feito. Eu recordo que um desrespeito por um embargo, tem consequências criminais e portanto, qualquer pessoa no concelho ou no país, pode-o fazer, sujeitando-se às consequências criminais que possa daí advir, como quem não respeitou estes embargos está também sujeito, porque, como também está no documento que lhe enviámos, também foi comunicado sempre ao Ministério Público o desrespeito por esses mesmos embargos e, portanto, as pessoas terão que, com certeza, arcar com as consequências daquilo que não respeitaram. E é isso que acho que poderá vir a acontecer. ----

Depois falam aqui na questão da comunicação, da água e da luz. Eu recordo uma coisa, hoje em dia, se calhar há 20 anos atrás, isso não aconteceria, mas hoje, para que haja uma ligação de luz através da E-Redes ou de água através da BeWater, terá de haver uma licença de utilização. Ora, se não houve licença de utilização, não pode haver ligação de água nem de luz.



Se há água e luz, com certeza que a empresa que tem ao lado uma atividade a funcionar pode ter feito, digo eu, uma ligação dali para este edifício. Portanto, nem a E-Redes, nem a BeWater, alguma vez, poderiam ter ali feito qualquer tipo de ligação. Nós nunca poderíamos mandar retirar isso porque não houve ligação. Aliás, nós comunicamos à E-Redes e à EDP, não lhe posso agora dizer quando, porque não tenho isso aqui comigo. Mas a resposta que a BeWater e a E-Redes nos deram foi precisamente esta que não há qualquer tipo de ligação, portanto, não se pode cortar a água e luz de uma coisa que não existe. Esta é a explicação em relação à água e à luz. -----

Em relação à avaliação ambiental estratégica. Efetivamente, o IGAMAOT recomendou à CCDDR para que nenhuma alteração, em sede da REN fosse autorizada, enquanto esta avaliação estratégica ambiental não fosse efetuada. Penso que o senhor deputado está a confundir uma avaliação ambiental estratégica com um estudo de impacto ambiental. São coisas diferentes. Uma avaliação ambiental estratégica, ao contrário do que o senhor aqui diz, não demora anos, demora meses ou muito tempo. Portanto, poderá demorar um mês, mês e meio, dois meses. E, portanto, o Município com essa recomendação, está a tratar de fazer essa avaliação ambiental estratégica não só para o local, mas para todos os locais que estão incluídos no processo de alteração do PDM que está em curso. -----

O processo de alteração do PDM que está em curso, iniciou-se em fevereiro de 2022. Iniciou-se porque houve diversas empresas que nos contactaram no sentido de nos dizerem que gostariam e que tinham a necessidade de ampliar as suas instalações. E não estamos a falar de uma, estamos a falar, penso que de 42 empresas do nosso concelho. Empresas que têm dimensão e que são importantes para o nosso concelho e que precisam de serem ampliadas para poderem também serem competitivas no mercado global que hoje existe. E nós iniciámos este processo sem saber sequer que esta associação aqui existia. Portanto, como disse, em outubro de 2022, foi iniciada a alteração do PDM para situações muito pontuais, porque tinha havido recentemente, como diz e bem, já há três anos, uma revisão do PDM, onde algumas destas situações, porque todo este processo, todos estes processos são dinâmicos e as empresas vão sempre acontecendo e vão sempre aparecendo oportunidades de negócio que necessitam de serem ampliadas as suas instalações. Foram-nos colocando esta questão e nós



avancámos com este processo de alteração do PDM, como disse em outubro de 2022. E, nessa altura, entendeu-se que esta avaliação estratégica ambiental não seria necessária e foi por isso que ela não foi feita. Agora, perante a situação que temos em curso, obviamente que a vamos fazer. E durante este processo, durante este longo processo, nós começámos, como disse, em outubro de 2022, foram aparecendo mais empresas que nos foram dando conta também da necessidade que tinham de ampliar as suas instalações, onde se inclui esta situação do Grupo Verdasca. E, portanto, esta situação está efetivamente incluída neste processo de alteração, como estão mais 41 que nos foram reportadas. Depois disso, inclusivamente, posso dizer que já houve mais uma ou duas que foram reportadas e que não puderam ser consideradas porque nós tínhamos que encerrar o processo, a qualquer altura, senão estávamos sempre à espera que aparecessem novas e nunca mais concluiríamos o processo. E, portanto, é este o ponto de situação. -----

Penso que respondi às questões que aqui colocou sobre a água e a luz, sobre a avaliação estratégica ambiental e sobre a data de início da alteração do PDM. Penso que respondi às três questões que me foram colocadas. -----

- Senhor Deputado Carlos Marques fala no Agroal e da sua preocupação em que as obras do Agroal possam não estar concluídas a tempo da próxima época balnear. Efetivamente, as obras foram suspensas porque, como sabe, choveu muito, tem sido um inverno rigoroso e nós tivemos que suspender os trabalhos porque não poderíamos obviamente ali trabalhar enquanto a corrente da água tivesse o volume que teve. E, portanto, estiveram suspensas. As obras já se reiniciaram e temos a intenção de que, no início da época balnear de 2025, as obras estejam totalmente concluídas, para que as pessoas possam usufruir das mesmas. -----

Como disse e bem, vamos construir uma nova piscina para crianças. E vamos também construir um novo passadiço que ladeará a piscina, se assim se pode dizer, para que o acesso por pessoas com mobilidade reduzida, possa ser feito com maior facilidade. -----

São estas as obras que ali estão em curso e que irão terminar, se não houver mais nenhum inconveniente, dentro dos prazos, depois da suspensão, e a tempo de que, na próxima época balnear, as pessoas possam usufruir delas. -----



Coloca aqui uma questão interessante, que é a questão da AIMA. Como sabem, nós fomos um dos 10, 12, 13, não sei, mas não foram muitos, os municípios que aceitaram ter uma loja AIMA, aqui em Ourém. E, em boa hora, o fizemos, porque aqui acorrem pessoas de todo o país, incluindo das regiões autónomas. Aqui vêm pessoas dos Açores a tratar dos seus papeis. Já aqui estiveram pessoas do Algarve, já aqui estiveram pessoas do Norte que aqui vêm, mediante prévia marcação por parte da AIMA, para tratar da sua documentação. E eu tenho por ali passado com alguma frequência, ainda ontem, por acaso, lá estive, e vi brasileiros de Pombal que ali estavam e vi a alegria das pessoas porque estão, há meses e meses, para não dizer anos, à espera de tratar dos seus documentos. E felizmente, nós temos aqui, hoje, um serviço que está a funcionar muito bem, com dois dedicados funcionários do Município, porque também não podia ser qualquer pessoa a atender as pessoas que, muitas vezes, nem sequer inglês falam, nem sequer conseguem se exprimir, o que se torna muito difícil. Há pessoas que estão, algumas delas, com alguma vulnerabilidade social, porque estão há imenso tempo à espera de um documento para poderem tratar da sua regularização no nosso país. São dois funcionários nossos que estão efetivamente a prestar um excelente serviço. E, posso dizer que, neste momento, já por ali passaram mais de 3000 pessoas, o que demonstra bem a importância deste serviço e daquilo que estamos aqui a fazer, também para os imigrantes que escolheram o nosso país para trabalhar e para viver. -----

Dizer também e, aproveitando esta oportunidade, que recentemente recebemos uma comunicação da AIMA que prevê, que nos solicita a nossa anuência para podermos prolongar o protocolo que temos com a AIMA, proporcionando que possamos ter outro tipo de serviços. Tenho aqui o novo protocolo que está a ser proposto. Prevê que possamos também começar a dar concessões de residência e emissão de cartões de residência e certificados de residência permanente. São serviços que hoje ainda não temos e que, face ao bom serviço que temos vindo a prestar, estão agora a ser propostos pela AIMA, para que possamos continuar a dar aqui resposta no nosso Concelho. -----

- Senhor Deputado João Pereira volta ao assunto que o senhor Deputado Nuno Baptista já aqui nos trouxe. Eu penso que respondi. Mas, trouxe aqui mais duas ou três questões. -----



Uma delas tem a ver com os pedidos de licenciamento. Quando as obras começaram, não havia qualquer pedido de licenciamento. O primeiro pedido de licenciamento apareceu na Câmara Municipal já depois das obras estarem embargadas e, portanto, muito depois dessa situação. A consultora externa, não está a dar parecer sobre as ilegalidades, isso nós sabemos, não precisamos de uma consultora externa para dizer que aquilo está a ser feito sem licença. Até eu, que não tenho qualquer curso nessa área, sei disso. Não preciso de uma consultora externa para isso. O que a consultora externa nos veio dizer foi, perante uma questão que nós lhe colocámos, se lhe devíamos fazer aquilo que eu aqui falei na última Assembleia Municipal, se devíamos dar, aliás, penso que também está no documento que vos foi enviado, se devíamos dar ou não intenção de demolição aquele processo. É só isso. Foi isso que nós pedimos. E o que a consultora externa nos diz é que, enquanto o processo não estiver resolvido, que se devem esgotar todas as possibilidades de licenciar o que ali está, antes de dar intenção de demolição. É isso que ela nos diz. Aliás, não foi só ela, foram também dois consultores externos que nós temos, o Dr. Lorena de Seves, que trabalha connosco, há mais de 20 anos, e a consultora externa que trabalha na área do urbanismo, também nos diz exatamente a mesma coisa. Portanto, foi esse o pedido que foi feito, e não sobre se era ilegal ou não, porque isso, obviamente está à vista de toda a gente. -----

Fala também que há incómodo para as pessoas ali residentes. Que eu saiba, não mora ali ninguém perto, num raio de dois quilómetros, não mora ali ninguém. Não sei se sabe onde é que é, mas convido-o a ir visitar e se tiver ali alguma casa perto, diga-me, porque não me parece que haja. -----

Em relação ao início do processo, já disse também ao senhor Deputado Nuno Baptista. Começou em outubro de 2022, portanto, também já falei sobre esse assunto. -----

- Senhor Deputado e Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, Luís Sousa pergunta sobre o ponto de situação da creche das Louças. Dizer que as obras já se iniciaram, agora durante o mês de janeiro. Já estão em funcionamento. O prazo de execução da obra é de um ano. -----



Hoje trazemos aqui também um assunto para apreciar em sede de Assembleia Municipal, que tem a ver com a eventual concessão do espaço a uma entidade externa ao Município e, portanto, as obras irão iniciar-se. -----

É uma obra financiada pelo PRR, com financiamento de cerca de 200.000 € e que irá exigir um esforço do orçamento municipal de cerca de 800.000 €. A obra está dentro dos prazos que estamos obrigados a cumprir. -----

- Senhora deputada Helena Pereira fala aqui nos prédios rústicos, matrizes omissas. É um processo que, como sabe, não é a Câmara Municipal que tem responsabilidade nessa situação, é o Serviço de Finanças. Já promovemos aqui duas reuniões com a Diretora Nacional do BUPI, com o Diretor de Finanças e, à época, com o Chefe de Finanças aqui do nosso concelho. Infelizmente, a Diretora Nacional do BUPI já não exerce funções, mas tivemos aqui duas reuniões muito proveitosas. Estavam a ser dados passos interessantes para resolver esse problema. Neste momento, pelo que sei, o senhor Vereador Humberto tem acompanhado mais de perto essa situação, acho que reuniu com a nova diretora. Vamos retomar esse processo, muito em breve, para tentar acelerar esse processo, que reconhecemos ser um problema que as Finanças, a Autoridade Tributária tem que resolver. Mas nós, enquanto entidade que também tem interesse em resolver este tipo de problemas, temos procurado juntar as diversas entidades, no sentido de resolver este problema. -----

Sobre o aumento de crianças em risco na CPCJ. É verdade que houve um aumento de 30 casos que disse. Alguns casos foram reabertos, mas também houve alguns que foram encerrados. Mas, o rácio entre uma coisa e outra é de um aumento. Obviamente que são situações difíceis. Nós temos uma CPCJ na qual temos o máximo de confiança, temos o máximo de respeito. É um trabalho que é feito de uma forma resguardada, porque é assim que tem que ser feito e, portanto, vamos acompanhando, em conjunto com as autoridades, com o Ministério Público, com a Guarda Nacional Republicana, com o PSP, entidades que trabalham nesta área, para ver se conseguimos fazer aqui alguma coisa para diminuir esta situação. Mas, não é uma situação fácil, face às dificuldades que disso mesmo advém. -----

- Senhora Deputada Cristela Marto fala na BTL. Dizer-lhe que a BTL mais uma vez, iremos ter um “Palco do Turismo Religioso”, é assim que se vai chamar, onde irão estar 18 entidades



representadas sob a coordenação do Município de Ourém. ali estarão 12 municípios mais o Município de Ourém, e 5 entidades. Posso também dizer que são a Shrines of Europe, a ACISO, a CNC – Centro Nacional de Cultura, os Caminhos de Fátima e uma associação que é os Bens Culturais da Igreja. Estas cinco entidades vão estar também representadas e, durante o tempo em que estaremos na BTL, irão existir sempre diversos tipos de animação destes 13 municípios e destas 5 entidades. Haverão palestras, workshops, provas de vinho, a demonstrar, dar conhecer aquilo que temos e que complementa o Turismo Religioso nos nossos municípios. É um pouco isto que iremos ali ter. E, como disse na minha intervenção, volto a repetir, convido todos os senhores Deputados a que, se assim o entenderem, possam visitar a BTL e em especial o nosso stand de Turismo Religioso. -----

Aproveito também para dizer que, durante a BTL, iremos assinar a nossa adesão à Rota Templária. Era também uma ambição antiga que tínhamos e que nunca tínhamos conseguido fazer, mas finalmente, houve abertura para o fazermos e, nós, com mais três ou quatro municípios, iremos ser os novos aderentes à Rota Templária. Neste caso, será a senhora Vice-Presidente que irá assinar em nome do Município, porque eu irei assinar também, mas em nome da Comunidade Intermunicipal. -----

- Senhor deputado Paulo Sá fala na questão da Aldeia Nova da UAPT e da requalificação que foi feita naquele edifício, onde em tempos funcionou uma Casa da Criança do Olival. Efetivamente, tenho vindo a dizer, já lá estive duas ou três vezes, e sempre que falo para a comunicação social, não sabia o que é que aquilo poderia dar. Mas houve uma coisa que vai ficar, isso ninguém pode tirar, que foi a requalificação daquele espaço. Era um espaço que estava devoluto, estava abandonado, com mau aspeto e hoje, efetivamente, está apresentável. Portanto, acho que, quanto mais não fosse por isso, o investimento que ali foi feito para o Município de Ourém, e falo enquanto presidente da Câmara Municipal de Ourém, foi importante porque ajudou a melhorar o aspeto visual de toda aquela zona. -----

Obviamente, há uma associação que é uma instituição que levou a cabo este investimento e com certeza que o fez com um determinado objetivo. Esse objetivo, pelos vistos, não está a ser conseguido. Estão a ter algumas dificuldades em que ele seja efetivo, mas o Município não tem muito a ver com isso, para não dizer nada a ver com isso, porque efetivamente o objetivo é da



instituição, de uma IPSS, e foi com certeza a melhor das intenções, mas por algum motivo as coisas não estão a correr bem. -----

Fala ainda que existe ali, e é verdade que isso existe e existem ali alguns equipamentos de ponta, posso-lhe dizer, equipamentos necessários a doentes que precisam de recuperação em termos de fisioterapia, que poderiam ser aproveitados tendo em conta alguma deficiência também que há no acesso a este tipo de equipamentos na nossa região. Nós colocamos a questão à ULS de Leiria e Leiria responde-nos que, neste momento, não há qualquer condição de fazer qualquer tipo de protocolo, porque não há novas convenções abertas, não há possibilidade de haver novas convenções. E depois também é preciso saber se aquele local tem ou não licença adequada para poder prestar este tipo de serviço. E, enquanto isso não acontecer por parte da ULS e também por parte da associação para saber se tem ou não condições para prestar aquele tipo de serviço, nada mais se pode fazer. O Município apenas tem acompanhado, sem ter qualquer tipo de interferência, porque entendemos que não devemos ter qualquer tipo de interferência, porque o Município não pode, de forma alguma, também estar a pagar ou a compartilhar alguma despesa corrente que possa existir, porque não é essa de todo a competência do Município. -----

Muito obrigado” -----

----- Aberto um segundo momento de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, Representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, tenho duas ou três considerações em relação àquilo que o senhor Presidente Câmara disse e duas perguntas. -----

Só recordar que nós aprovámos neste mandato, julgo eu, ou no final do anterior, a alteração do PDM. Estamos a falar em finais de 2020, julgo eu. E, portanto, em 2022 já serem necessárias 42 alterações, diz muito sobre o que foi aprovado. Deixe-me recordar que o PS absteve-se, tendo muito a ver com a questão das zonas industriais e coisas do género. E para que fique claro, nada a ver com a zona industrial da Freixianda. No caso foi outra zona industrial. -----

Outra coisa que alertava. Ouvi, já não é a primeira vez que oiço da sua parte o discurso que da sua parte, que são 42 empresas que querem aumentar a produtividade, aumentar as



instalações, mas que isto não seja discurso que sirva para caminhos de aprovação de obras ilegais. Ou seja, muitas das vezes, este discurso também passa porque a empresa tem de crescer obrigatoriamente. É importante, que cria empregos? Sim, isso é tudo verdade. E somos claramente a favor disso. Que não sirva também de caminhos menos certos de legalizações. Deixe-me fazer uma pergunta. Se a tal avaliação ambiental estratégica, já foi contratada e se foi contratada, foi a quem? -----

Um outro assunto que queria falar, não tem nada a ver com este. No âmbito de uma reunião que o agrupamento escolar aqui da Escola Secundária, não sei exatamente o nome, fez com os representantes de turmas e encarregados de educação. No caso a que eu assisti, em que muitos encarregados de educação foram, foram debatidos problemas. Nós, encarregados de educação que fomos, pensávamos que estaria também um representante do Município, porque há muitas zonas cinzentas ali de responsabilidades ou do Agrupamento ou do Município. E se lhe disser que as pessoas fizeram 50, 60 perguntas, e se lhe disser que das 50 ou 60, 95% eram de responsabilidade da Câmara. A senhora Presidente do Agrupamento disse que eram responsabilidade do Município. E disse uma coisa que me deixou atónito, que esta é uma reunião que acontece pela segunda ou terceira vez, o Município é sempre convidado para estar presente e prestar os esclarecimentos necessários e nunca está, nem nunca quer estar. Portanto, isto foi dito à frente de todos os encarregados de educação. Não sei se teremos 50, 60, 70, portanto, foi uma reunião há um mês atrás. E eu pergunto se isto faz sentido, e foram assuntos relevantes, eram representantes de associações de estudantes, de associações de pais e de turma, ou seja, fez-se uma reunião produtiva, colocaram as questões, e o Município, não está? Das duas uma, ou é falta de coordenação ou não há vontade de responder aquelas perguntas. Deixo esta questão e a sugestão que, nas próximas reuniões, estejam presentes.” --

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: ----

“Eu começo por referir que fico muito satisfeito que o Partido Socialista apenas refira esta situação do Grupo Verdasca, o que significa que, no resto do concelho, está tudo bem. Não há mais nenhuma questão, portanto, felizmente as coisas estão a correr bem e fico muito satisfeito de que, efetivamente, as únicas perguntas que são feitas ao presidente de Câmara, desde dezembro, já lá vão dois meses, sejam apenas sobre este assunto. Registo com muito agrado



a vossa posição e a posição do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, o que significa que aquilo que estamos a fazer não é alvo de crítica, fico muito satisfeito com essa situação. --- Em relação àquilo que aqui me diz, volto a repetir. Penso que são 42 situações que estão a acontecer. Houve já mais algumas que aconteceram depois disso, que nós não pudemos obviamente avaliar, porque tínhamos que terminar o prazo. Que eu saiba, nas outras 41 não houve qualquer obras ilegais, ninguém começou com obras sem terem, primeiro, a alteração do PDM concluído. E é assim que deve ser e, portanto, as pessoas são pacientes e estão a aguardar ansiosamente que este processo termine para poderem também licenciar as suas ampliações em sede da Câmara Municipal. E, isso também deve ser aqui referenciado. -----

O processo de avaliação ambiental estratégica está em fase de contratação. Não temos ainda empresa contratada, mas temos a ideia de que poderá não ser, mas a empresa a contratar poderá ser a mesma, porque me parece que faz algum sentido que seja a mesma que elaborou o processo de revisão do PDM. Está por dentro do processo, sabe e conhece como ninguém o território e, portanto, podemos pensar que possa ser a mesma empresa ou alguém ligado a essa empresa que possa, efetivamente, avançar com esse tipo de trabalho, desde que, isso fique bem claro, que o valor que nos seja proposto esteja enquadrado dentro do ajuste direto e que possamos fazê-lo diretamente a uma empresa. Se isso não acontecer, teremos que obedecer às regras da contratação pública ou através da consulta a outras empresas da especialidade, e será contratada a empresa que fizer o preço mais barato ou através de um concurso público, se o valor for superior a um determinado montante. É este o processo normal que nós habitualmente fazemos. -----

Em relação Agrupamento de Escolas de Ourém, sinceramente desconheço esse tipo de reuniões. Não sei se a senhora Vereadora da Educação tem algum conhecimento desse convite. O que sei, é que recentemente fomos contactados pelo Agrupamento de Escolas Conde de Ourém, que não é o Agrupamento Escolas de Ourém que nos convidou a estar presentes numa reunião com a Associação de Pais, e a senhora Vereadora está a analisar, uma reunião no dia 6 de março com o Agrupamento de Escolas Conde de Ourém sobre o mesmo assunto que o senhor Deputado aqui nos traz, mas que, efetivamente, será realizada com o Agrupamento de Escolas Conde de Ourém, junto com as associações de pais. E, portanto,



acho muito estranho porque os convites que chegam à Câmara Municipal e que me chegam, se não vou eu, vai a senhora Vereador ou alguém estará. Temos estado sempre presentes em todas e quaisquer reuniões para as quais sejamos convidados a estar presentes. -----

Muito obrigado.” -----

02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – ANO ECONÓMICO DE 2024 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18201**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação dos documentos acima referidos, nos termos da alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, prestou a informação registada sob o n.º 14.050/2025, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “**Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental – Ano económico de 2024** -----

---- O Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (em anexo), findo em 31 de dezembro de 2024, denota o apuramento de um saldo de gerência, referente à execução orçamental, de 9.735.382,96 euros. -----

---- Neste âmbito, reporta a LOE/2025, no seu artigo 145.º, que é permitida, com a aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental, a incorporação deste saldo da gerência da execução orçamental, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas.-----

---- Consequentemente, propõe-se a aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental em Anexo, sendo um ato da competência do órgão deliberativo.-----

---- À consideração superior,”. -----



---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 05 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL PS; 29 VOTOS A FAVOR – 23 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 34 PRESENÇAS.** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – 1.ª PROPOSTA DE REVISÃO ORÇAMENTAL – ANO ECONÓMICO DE 2025 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18203**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação dos documentos acima referidos, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, sobre o assunto designado em epígrafe, prestou a informação registada sob o n.º 14.053/2025, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: “**1.ª Revisão Orçamental ao ano económico de 2025** -----

--- Na sequência de solicitação do Exmo. Sr. Presidente do Órgão Executivo e nos termos do ponto 8.3.1, particularmente face ao disposto na alínea a) do ponto 8.3.1.4 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e em observância aos princípios orçamentais definidos no ponto 3.1 do citado diploma, circunstância complementada com o previsto no artigo 145º da LOE/2025, Lei 45-A/2024, de 31 de dezembro, e na sequência do proposto na inf 6/2025/DGF/583 (MGD 14050/2025), sendo a aprovação referenciada uma condição prévia à



modificação orçamental que aqui se propõe, remete-se para aprovação, a 1.^a proposta de revisão orçamental relativa ao ano económico de 2025, onde se observa: -----

- Orçamento da Receita -----
 - Reforço da classificação económica inerente ao saldo da gerência apurado em 9.735,382,96 euros (16.01.01);-----
 - Anulação do saldo da gerência previsto, porque então dotado em rubrica residual (13.01.99), no valor de 9.999.982,96,35 euros (previstos 10.000.000 euros, contudo, para que a rubrica em referência permaneça aberta, salvaguardando o recebimento de receitas decorrentes de uma eventual situação imprevista, permanece um saldo neste classificador económico da receita, de 17,04 euros.-----
 - Reforço da classificação económica inerente à venda de terrenos, considerando as deliberações verificadas no que concerne à alienação de lotes existentes na Área de Localização Empresarial em Freixianda, num montante global de 249.300 euros (09.01.01).-----
 - Em resultado de nota informativa emanada pela DGAL em conjunto como SATAPOCAL, na sequência do Decreto-Lei 48-A/2024 (estabelece o IMT Jovem – Compensação), será necessário promover uma desagregação da classificação económica 01.02.04 (IMI), para registo as receitas que os municípios irão receber, sob a forma de transferência que visa compensar liquidações e cobranças não ocorridas, resultantes do benefício fiscal estabelecido no referido Decreto-Lei. Considerando que não existe um histórico de 24 meses que permita a aplicação das regras previsionais a observar na dotação desta nova classificação económica, dispõe-se a mesma com um valor residual de abertura (100 euros na classificação económica 01.02.04.02 (IMT – Compensação DL 48-A/2024), permanecendo todo o valor restante resultante da aplicação das regras previsionais, na dotação da classificação económica 01.02.04.01 (IMT – Artigo 14º Lei 73/2023).-----
 - Face ao disposto nos pontos anteriores, apura-se um orçamento global da receita em 77.954.200 euros, ou seja, representando uma diminuição das receitas inicialmente previstas em 15.300 euros.-----



- Orçamento da Despesa-----
 - Face à diminuição global do orçamento da receita apurada, promove-se uma anulação das despesas enquadradas na classificação económica de estudos, pareceres projetos e consultadoria (02/02.02.14) em 15.300 euros.-----
 - Em suma, o orçamento da receita tramita para um valor global de 77.954.200 euros em 2025, valor em paridade com o valor global definido para o orçamento da receita, no âmbito da revisão em assunto. -----

---- **Aprovação**-----

---- Note-se que nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as revisões orçamentais. -----

---- À consideração superior,”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR MAIORIA, COM 05 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL PS; 29 VOTOS A FAVOR – 23 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 34 PRESENÇAS. -----**

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.05 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P045/2022 – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO PARA CRIAÇÃO DA LOJA DO CIDADÃO E RENOVAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18247**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º



8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais, referentes ao Lote 1 (Loja do Cidadão): -----

----- Ano 2025 – 419.476,24 euros -----

----- Ano 2026 – 3.775.286,15 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 02 de dezembro de 2024, a Câmara deliberou aprovar o anteprojeto então apresentado pela firma **Filipe Saraiva – Arquitetos, Limitada**, adjudicatária do procedimento acima designado, com custos estimados em 4.763.417,00€. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 14.836/2025, da firma adjudicatária, com sede na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, n.º 222, Porta 1, nesta cidade, a remeter elementos referentes à próxima fase (execução do projeto), com os seguintes custos, que perfazem o montante total de 4.739.262,77€ + IVA:-----

- Loja do Cidadão – 3.957.323,01€ + IVA; -----
- Terminal Rodoviário – 781.939,76€ + IVA.-----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Projetos Técnicos** prestou a informação n.º 11/2025, de 12 de fevereiro em curso, a dar conta de que face às valências independentes (Loja do Cidadão e Terminal Rodoviário) e o facto de existir financiamento para a primeira componente, o projeto é apresentado em dois lotes, conforme indicação superior.-----

---- Ouvido igualmente sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 12 do corrente mês, a dar conta de que apenas foi enquadrada a despesa inerente ao investimento previsto para o lote 1, com impacto de nove meses em 2026, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- (Aprovado em minuta)” -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se o pedido de intervenção por parte do membro da Assembleia Municipal: -----

= **LUÍS ALEXANDRE SERRAS DE SOUSA**, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, expôs o seguinte: “Ao longo destes últimos anos, coletivamente assistimos à paulatina decadência deste equipamento público, mas também assistimos às sucessivas e renovadas expetativas criadas aos cidadãos no que concerne à sua requalificação, criando-se ilusões de rejuvenescimento desta arquitetura diferenciada e da sua área envolvente, uma das âncoras centrais da cidade de Ourém. Recordo nesta ocasião e a título de exemplo, desde 2009 até 2017, a ideia do executivo municipal de então, para ali se executar o Fórum Cultural e Casa da Juventude, mas que nunca lograram sair do papel. -----

Reconhecendo e felicitando o trabalho gradual de transformação da cidade de Ourém, recorde-se, iniciado a partir de 2017 através de diversos investimentos com o contributo financeiro do PEDU, já sob a liderança do executivo da Coligação Ourém Sempre, foram operadas diversas intervenções essenciais na cidade ajudando a modernizar e a refrescar a imagem da nossa urbe. Ainda assim, a requalificação do edifício da antiga rodoviária e antigo mercado, na minha modesta opinião, era e é, o último reduto público em estado devoluto a precisar efetivamente de outra “vida” e imagem, pois que está inserido numa área absolutamente central da cidade e vital para o comércio e dinâmicas envolventes. -----

Depois destas considerações, enquanto Presidente de Junta de Freguesia, reconheço que votar a assunção de compromissos plurianuais para a criação da loja do cidadão e renovação do terminal rodoviário para este edifício é uma grande notícia. -----

Não tenhamos dúvidas: criar a loja do cidadão para atendimento centralizado de serviços públicos como a autoridade tributária, a segurança social, os registos e notariado, entre muitas outras, vai permitir uma eficiência e uma comodidade até agora inexistente aos nossos cidadãos. Futuramente, renovar o terminal rodoviário e dignificar todo aquele quarteirão, dotando igualmente de um parque de estacionamento, traduz-se numa boa ideia e numa importante visão de futuro para o desenvolvimento urbano de Ourém. -----

Para tudo isso, não desconsideramos o enorme investimento financeiro municipal proposto, superior a 4,7 milhões de euros, tendo um financiamento de 1,3 milhões de euros do PRR,



através da Agência para a Modernização Administrativa, mas que é perfeitamente justificável face ao histórico, estado atual e o futuro que se deseja para este edifício público. -----

Sr. Presidente, Sr.s Vereadores, a espera dos Ourienses para ver este último grande equipamento público requalificado está a terminar. Isso deve-se, totalmente, ao vosso trabalho, visão e capacidade de execução e que muito agradecemos.” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS. -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Edgar Ferreira Enes -----

02.06 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P310/2024 – ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE CAXARIAS – URQUEIRA (111905/2024)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 1781**, datado de **2025.01.08**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.12.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2024 – 1,00 euros -----

----- Ano 2025 – 1.116.342,86 euros -----

----- Ano 2026 – 1.116.341,87 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de realização de despesa registada sob o n.º 112.038/2024, da **Divisão de Projetos Técnicos**, a anexar o projeto de execução para efeitos do designado em epígrafe (composto por memória descritiva e justificativa, mapa de trabalhos, peças desenhadas e estimativa orçamental, no valor de 2.106.307,29€ + IVA), instruído com o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos e com uma informação, datada de 11 de dezembro em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo referido preço base e pelo prazo de 365 dias. Mais dá conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço, baseou-se em procedimentos anteriores similares e de que a decisão da não contratação por lotes, justifica-se pelo objeto contratual que é técnico ou funcionalmente incindível, sendo que a sua separação causaria graves inconvenientes para a entidade adjudicante. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada também de 11 do mês corrente, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando que a despesa plurianual subjacente deverá ser aprovada pelo órgão deliberativo. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P029/2025 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS PARA OS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DURANTE TRÊS ANOS (102691/2024)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----



----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18224**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- Ano 2025 – 52.677,03 euros -----

----- Ano 2026 – 54.947,33 euros -----

----- Ano 2027 – 54.947,33 euros -----

----- Ano 2028 – 2.290,33 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 102.691/2024, da **Divisão de Recursos Humanos e Informática**, foram apresentados o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do indicado em epígrafe, instruídos com uma informação, datada de 30 de janeiro findo, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 134.066,69€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de 36 meses e a dar conta, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço baseou-se em procedimentos anteriores semelhantes. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo, uma informação, datada também de 30 do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR
UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, regressou à sessão o membro da Assembleia Municipal: -----

----- Edgar Ferreira Enes -----

**02.08 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P031/2025 –
CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO DA CRECHE DAS LOUÇÃS” -----**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18227**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea p), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Relativamente ao processo registado sob o n.º 981/2025, do **Gabinete de Apoio à Presidência**, foram apresentados o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos, para efeitos do mencionado em título, em regime de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, pelo período inicial de execução de dez anos, passível de três renovações por períodos de cinco anos, até ao limite de 25 anos. -----

---- O processo encontra-se instruído com uma informação, datada de 12 de fevereiro em curso, do **Chefe do Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a colocar à consideração superior o valor de 1.800,00€ + IVA, como contrapartida mensal mínima. -----

---- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.09 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P036/2025 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA O PERÍODO DE 2 ANOS – 01/07//2025 A 30/06/2027 (14452/2025)” – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18234**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), autorização para assunção dos seguintes compromissos plurianuais: -----

----- **LOTE 1 – “SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO” – 340.000,00 euros (trezentos e quarenta mil euros)** -----

----- Ano 2025 – 127.500,00 euros -----

----- Ano 2026 – 170.000,00 euros -----

----- Ano 2027 – 42.500,00 euros -----

----- **LOTE 2 – “SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS AUTARCAS; SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS BOMBEIROS – CORPO ATIVO E CORPO NÃO ATIVO; SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS – CEI’S/POC’S/OUTROS; SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS – VOLUNTÁRIOS; SEGURO DE GRUPO DE ACIDENTES PESSOAIS – ATIVIDADES DESPORTIVAS, CULTURAIS E RECREIO DE NATUREZA EVENTUAL E PERIÓDICA” – 75.000,00 euros (setenta e cinco mil euros):** -----

----- Ano 2025 – 28.125,00 euros -----

----- Ano 2026 – 37.500,00 euros -----

----- Ano 2027 – 9.375,00 euros -----



----- LOTE 3 – “SEGUROS FROTA AUTOMÓVEL; SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL AUTARQUIAS” – 95.000,00 euros (noventa e cinco mil euros) -----

----- Ano 2025 – 35.625,00 euros -----

----- Ano 2026 – 47.500,00 euros -----

----- Ano 2027 – 11.875,00 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o processo registado sob o n.º 14.452/2025, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, instruído com o Programa do Procedimento, o Caderno de Encargos, para efeitos do designado em epígrafe e com uma informação, datada de 12 de fevereiro em curso, também daquele serviço, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base total de 510.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, que a fixação do preço baseou-se em procedimento anterior semelhante e em estimativa para os próximos anos. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada também de 12 do corrente mês, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Mais dá conta de que a despesa plurianual subjacente deverá ser aprovada pelo órgão deliberativo. ----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----



02.10 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – “P039/2025 – AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE OURÉM (15345/2025) – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – RETIFICAÇÃO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18237**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a reformulação dos compromissos plurianuais para os anos económicos de 2025 e 2026, conforme se passa a especificar: -----

----- Ano 2025 – 1.282.125,99 euros -----

----- Ano 2026 – 1.709.501,31 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na reunião de 23 de setembro de 2024, a Câmara deliberou aprovar (na condição de se obterem pareceres de carácter técnico e de entidades externas), o projeto de execução referente à empreitada acima designada, com custos estimados em 2.380.192,30€ + IVA e com o prazo de execução de 12 meses. Mais deliberou solicitar à Assembleia Municipal, autorização para assunção dos compromissos plurianuais, nomeadamente 1,00€ em 2024, 1.471.751,00€ em 2025 e 1.051.252,00€ em 2026.

---- No seguimento dos pareceres rececionados, anexos ao presente processo e da proposta de realização de despesa registada sob o n.º 15.345/2025, da **Divisão de Projetos Técnicos**, foram apresentados os respetivos Programa do Procedimento e Caderno de Encargos, instruídos com uma informação, datada de 13 de fevereiro em curso, do **Serviço de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a propor a escolha do procedimento de concurso público, nos termos da alínea b), do artigo 19.º, do Código dos Contratos Públicos, pelo preço base de 2.822.289,91€ e pelo prazo de execução de 14 meses e a referir, nos termos do n.º 3, do artigo 47.º, daquele diploma, de que a fixação do preço, baseou-se nos custos médios de procedimentos anteriores idênticos. Mais refere que foi prevista a não adjudicação por lotes, de conformidade com o artigo 46.º-A, do Código dos Contratos Públicos e que, relativamente à



dispensa da revisão do projeto, teve-se em consideração as novas diretrizes do Conselho de Ministros. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada também de 13 do corrente mês, a dar conta de que concorda com o procedimento e as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação vigente e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.-----

---- Termina a referir que o presente processo deverá ser remetido novamente ao órgão deliberativo, devido à reformulação do valor global da despesa e ao impacto plurianual subjacente. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Nós vamos votar a favor, até porque já tínhamos votado a favor anteriormente e, conforme disse, é uma retificação. -----

Mas, aproveitando o seu comentário final, por vezes, o problema, não sei se é o tipo de comunicação ou se perceção, por parte dos órgãos da comunicação social daquilo que vai decorrendo, mas há duas coisas diferentes. Existe a especialidade médica, de médico de medicina geral e familiar, o que é diferente de médico de família. Médico de família é um conceito diferente, daquilo que tem vindo sendo anunciado pela comunicação social e por isso vou fazer uma pergunta que tem a ver com isso. -----

Não achando que são as obras do Centro de Saúde que vão trazer médicos a Ourém, acho que é um problema de base, não haver médicos, se virmos o último concurso de especialidades, foram seis ou sete médicos que entraram no Médio Tejo, se calhar nenhum deles vai ficar, portanto isto é um problema que não tem nada a ver com o Município, tem a ver com um problema estrutural da medicina portuguesa, e isso tínhamos de avançar para outro tipo de coisas, ou seja, ter de permanecer dez anos no Serviço Nacional de Saúde, ou coisa



assim no género, vamos ter falar nisso um dia qualquer. Mas, também não vale tudo a nível de publicidade. -----

Vou fazer uma pergunta concreta, quantos médicos de família, não médicos com a especialidade de medicina familiar, quantos médicos de família estavam colocados na Unidade de Saúde Familiar de Ourém, no verão de 2023, quando se começou a falar na opção de Leiria, antes da decisão de se começar a falar que o concelho de Ourém ia passar para o ULS de Leiria e não ficar no Médio Tejo. Quantos estavam colocados na Unidade de Saúde de Ourém nessa altura, e quantos médicos de família estão colocados na Unidade de Saúde Familiar de Ourém, neste momento, ao dia de hoje.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Esse foi um assunto que já aqui foi debatido, aquando da Assembleia Municipal extraordinária, acho que ficou suficientemente esclarecido, na altura, que os médicos que aqui estavam não saíram de Ourém por termos passado para uma ULS diferente daquela que tínhamos, inclusivamente dois desses médicos foram trabalhar para concelhos dessa ULS de Leiria. É a melhor resposta que temos para esse tipo de situações. O que aconteceu foi que os três médicos que aqui estavam, um quarto era prestador de serviços, escolheram concelhos mais perto das suas residências, perfeitamente normal, penso que todos compreendem esta situação. -----

Respondendo diretamente à questão, tenho pena que seja ao dia de hoje, ao dia de segunda feira a resposta seria diferente. Se permitir vou responder ao dia de segunda feira que vem. Estavam aqui três médicos que saíram nessa altura, além de todos os outros que aqui estavam e que continuam, estavam três, e hoje, ao dia de segunda feira, temos dois novos. Portanto, temos um a menos comparativamente ao verão de 2023. Temos um médico a menos com a expectativa de que temos mais um médico que já manifestou a vontade de vir para Ourém, a partir de abril, mais um médico de família. Em abril deste ano, se tudo decorrer bem, o médico primeiro terá de rescindir onde presta neste momento serviço, este virá para Ourém onde pretende fixar residência. Em abril/maio deste ano, o número de médicos que estará em Ourém é exatamente o mesmo número de médicos que estava no verão de 2023. -----

Muito obrigado” -----



----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.11 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – IMPLEMENTAÇÃO DE PERCURSOS PEDESTRES DE PEQUENA ROTA NA ÁREA TERRITORIAL DO CONCELHO – PROPOSTAS DE PROTOCOLOS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18245**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea j), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a informação registada sob o n.º 76.135-A/2023, do **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, a apresentar o projeto de implementação dos percursos acima referidos (cujo relatório preliminar de viabilidade foi remetido pela empresa Ytravel, Limitada), instruído com os textos dos protocolos a celebrar com as freguesias e uniões de freguesias que a seguir se especificam, com o objetivo de atribuir os apoios financeiros que de igual modo se indicam, para a contratação de serviços que permitam a concretização do projeto: -----

- **Freguesia de Alburitel** – 11.894,10€; -----
- **Freguesia de Atouguia** – 13.111,80€; -----
- **Freguesia de Caxarias** – 8.683,80€; -----
- **Freguesia de Espite** – 7.785,90€; -----
- **Freguesia de Seiça** – 9.126,60€; -----
- **União das Freguesias de Matas e Cercal** – 6.408,30€; -----



– **União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais – 8.204,10€.-**

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 11 de fevereiro em curso, a dar conta de que a despesa em referência dispõe de adequado enquadramento orçamental e de fundos disponíveis em montante suficiente, em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.12 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE FREIXIANDA – REVOGAÇÃO

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 3552**, datado de **2025.01.13**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.01.06, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea j), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A 14 de fevereiro de 2009, a Câmara celebrou protocolo com a então **Freguesia de Freixianda**, com vista à cedência da antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sita em Cumeada, da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, deste concelho, para a dinamização de atividades culturais e recreativas, pelo período de um ano, renovável por igual período. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a informação registada sob o n.º 10.912/2024, do **Setor de Património**, a propor a revogação do citado protocolo, considerando que o imóvel consta do



procedimento de hasta pública para alienação de imóveis do domínio privado deste Município, aprovado por deliberação de 18 de dezembro de 2023. -----

---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.13 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ADENDA AO PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXIANDA, RIBEIRA DO FÁRRIO E FORMIGAIS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18205**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea j), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A 22 de maio de 2014, a Câmara celebrou protocolo com a **União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais**, com sede na Rua Padre Feliciano Oliveira, n.º 15, 1.º direito, em Freixianda, daquela união de freguesias, deste concelho, com o objetivo de ceder a antiga escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância de São Jorge, com a finalidade de aí serem ministradas aulas de catequese e bem assim para atividades culturais e recreativas, pelo período de um ano, renovável por igual período. -----



---- Nesta reunião foi apresentada a proposta de adenda ao protocolo registada sob o n.º 12.509-A/2025, elaborada pelo **Setor de Património**, que consiste na alteração do período de vigência, a que se refere a Cláusula III do citado protocolo. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.14 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ADENDA AO PROTOCOLO COM A FREGUESIA DE FÁTIMA -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18240**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea j), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “A 07 de setembro de 2020, a Câmara celebrou protocolo com a **Freguesia de Fátima**, com sede na Avenida Irmã Lúcia de Jesus, n.º 181, da dita freguesia, deste concelho, com o objetivo de apoiar financeiramente, até ao montante de 228.162,43€, os encargos decorrentes da requalificação do edifício do Mercado de Fátima. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a proposta de adenda ao referido protocolo registada sob o n.º 83.812-A/2024, referente ao acréscimo da comparticipação em 29.719,74€, que corresponde ao IVA do montante acima mencionado, resultando na alteração das cláusulas 2.^a (Apoio financeiro) e 3.^a (Plano de pagamentos). -----



---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.15 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE SEIÇA – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18207**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea j), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de contrato de comodato registada sob o n.º 12.491-A/2025, a celebrar com a **Freguesia de Seiça**, com sede na Estrada Nacional 113-1, n.º 57, em Seiça, deste concelho, que visa a cedência gratuita, em regime de comodato, do prédio com cerca de 8000 m², composto por terra de sementeira com oliveiras e vinha, propriedade deste Município, sito na Estrada Nacional 113-1, da referida freguesia, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 8581 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 2662, válido pelo período de 30 anos, com vista à requalificação do local para espaço de lazer. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR
UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS -----
----- APROVADO EM MINUTA -----

**02.16 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – FREGUESIA DE
NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS – PROPOSTA DE CONTRATO DE COMODATO -**

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18220**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea j), do n.º 1, artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a proposta de contrato de comodato registada sob o n.º 16.511-A/2025, a celebrar com a **Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias**, com sede na Praça do Pelourinho, daquela freguesia, deste concelho, que visa a cedência gratuita, em regime de comodato, pelo período de 50 anos, dos prédios a seguir descritos, propriedade da dita Autarquia, necessários à construção de um acesso mecânico ao Castelo e à estabilização do edifício e da encosta envolventes à sede da freguesia: -----

- Prédio rústico composto por terra de sementeira com oliveiras, sito na Rua da Bela Vista, também daquela freguesia, com a área de 4615,26 m², inscrito na respetiva matriz sob o artigo 59 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém;

Prédio rústico composto por terra de sementeira, sito em Casal da Barroca, também daquela freguesia, com a área de 2450 m², inscrito na respetiva matriz sob o artigo 11026 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém. -----

---- (Aprovado em minuta) -----



----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 34 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade: -----

----- Luís Alexandre Serras de Sousa -----

02.17 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAM+ARÁRIA – MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 3153**, datado de **2025.01.10**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.01.06, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a proposta de texto de protocolo registada sob o n.º 94.909-A/2022, a celebrar com o **Município de Alvaiázere**, com sede na Praça do Município, da Freguesia e Concelho de Alvaiázere, com o objetivo de estabelecer a forma de comparticipação financeira daquela autarquia, correspondente a 50%, na empreitada de reabilitação da ponte 068, sita em Botelha, da Freguesia de Pelmá, do Concelho de Alvaiázere. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----



----- SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 33 PRESENCAS -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o membro da Assembleia Municipal: -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

02.18 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A. – PROPOSTA DE PROTOCOLO -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 1786**, datado de **2025.01.08**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.12.16, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria acima citada, nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o texto de protocolo registado sob o n.º 56.012-A/2023, a celebrar com a **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.** (sedeada no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta cidade), com vista à comparticipação financeira desta Autarquia, no montante de 69.855,98€ (+ IVA), nas despesas decorrentes da execução da empreitada de ampliação da rede de drenagem de águas residuais na Rua dos Bombeiros Voluntários, em Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste concelho. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 12 de dezembro em curso, a referir que a despesa em assunto



dispõe de adequado enquadramento orçamental, nos termos da legislação aplicável e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, regressou à sessão o Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade: -----

----- Luís Alexandre Serras de Sousa -----

----- Neste momento, ausentaram-se da sessão os membros da Assembleia Municipal: -----

----- João Carlos de Jesus Pereira -----

----- Maria Clara Vieira de Oliveira Neves -----

----- Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia, Luís Manuel Gameiro de Oliveira -----

02.19 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A. – TARIFÁRIO PARA 2025 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14464**, datado de **2025.02.11**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.01.06, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 113.051/2024, da **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, sediada no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta cidade, a remeter a esta Autarquia para aprovação, de conformidade com as cláusulas 22.^a e 23.^a, do Contrato de Gestão Delegada, o tarifário de venda de serviços para 2025. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade**, prestou a informação registada sob o n.º 114.771/2024, a concluir conforme se passa a transcrever: “(...)

5. Conclusão -----

---- A Tejo Ambiente, na qualidade de Entidade Delegante dos serviços de saneamento e gestão de resíduos remeteu para a Câmara Municipal de Ourém, a proposta de tarifário para 2025. Inicialmente, a Tejo Ambiente efetuou os cálculos com base nas fórmulas de atualização das tarifas previstas no Anexo VII.1 (base 2022), do Contrato de Gestão Delegada (revisto), tendo verificado que os resultados dariam os seguintes aumentos para 2024: 2,6962% (saneamento) e 7,6922% (resíduos). -----

---- Porém, o Conselho de Administração da Tejo Ambiente aprovou o tarifário, mas com um aumento tarifário mais baixo, de 2,1% nas tarifas de saneamento e de 2,9% nas tarifas de resíduos. Embora a ERSAR tivesse discordado da não aplicação das fórmulas previstas no contrato, a decisão do Conselho de Administração é justificável face aos argumentos apresentados no ponto 2.1, da presente informação, que se baseiam no ao custo de vida das populações, já tão elevado que estas têm dificuldade em comportar atualizações tarifárias muito diferentes daquelas que resultarem da inflação. -----

---- Sobre os “Clientes que não estão ligados ao Sistema Público de Abastecimento de Água”, referidos no ponto 4, deve-se aplicar a metodologia do Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Água e Resíduos, da ERSAR, publicado em DL, 2.^a Série – 4 de setembro.

---- Face ao referido, solicita-se:-----



1. A aprovação do Tarifário da Tejo Ambiente para 2025, para a componente do Saneamento e dos Resíduos, apresentado nas tabelas 1, 2, 3 e 4, na coluna 2025, num aumento de 2,1% nas tarifas de saneamento e de 2,9% nas tarifas de resíduos 4,9% decidido pelo Conselho de Administração da Tejo Ambiente, uma vez que a metodologia de atualização prevista no Contrato de Gestão Delegada provocaria aumentos superiores, sendo esta opção justificável, devido ao objetivo primordial de minimizar o impacto da subida de preço de venda dos serviços prestados pela Tejo Ambiente, no orçamento mensal de cada agregado familiar;-----
2. A aprovação da aplicação da tarifa fixa aos utilizadores que não estão ligados à rede pública de água, mas cujos serviço de saneamento e de resíduos estejam disponíveis, nos termos do artigo 37.º do Regulamento n.º 594/2018 – Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Água e Resíduos, da ERSAR, publicado em DL, 2.ª Série – 4 de setembro; -----
3. A aprovação da aplicação da tarifa variável aos utilizadores que não estão ligados à rede pública de água, tal como previsto no n.º 4, do artigo 95.º (saneamento) e do n.º 5, do artigo 96.º (resíduos), ao consumo médio de água, calculado de acordo com o estipulado na alínea c), do n.º 1, do artigo 93.º; -----
4. A aprovação do valor do volume médio mensal para o ano de 2025, de 7,76 m3, valor igual ao utilizado nos anos anteriores (...).-----

---- Do processo faz também parte a informação, datada de 23 de dezembro findo, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que a seguir se transcreve: “Neste contexto, importa observar as recomendações emanadas pela entidade reguladora, no que concerne às atividades prestadas pela entidade no território do Município de Ourém, em particular: -----

---- 1) alteração da estrutura na componente de águas residuais, não devendo ser diferenciada entre atividades económicas e tipos de utilizador (necessidade de revisão no que concerne as tarifas preconizadas para “câmara municipais” e “instituições”; -----

---- 2) A partir de 1 de janeiro de 2025, no que concerne ao cálculo da componente variável do serviço de gestão de resíduos urbanos prestado a utilizadores não domésticos (comércio, serviços e restauração), deverá deixar de estar indexado ao consumo de água, aplicando-se a



quantidade de resíduos recolhidos, medidos em unidades de peso ou estimada pelo volume de contentorização. -----

---- Relativamente à atualização proposta, e não obstante as recomendações verificadas anteriormente dispostas, importa salientar que a atualização proposta não correspondente à fórmula de atualização tarifária prevista no contrato, pelo que a aprovação destas novas tarifas deverá ser submetida à aprovação dos órgãos municipais (órgão executivo e órgão deliberativo). -----

---- Em complemento, importa observar que a tomada de decisões desconformes com os pareceres da entidade reguladora obriga a entidade a fundamentar de forma expressa a decisão, com “exposição circunstanciada dos fundamentos de facto e de direito que justifiquem a motivação do ato”. -----

---- À Consideração Superior”. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Senhor Presidente, pelo que sei da reunião de Câmara e o que assisti na reunião de líderes, parecia ser um ponto pacífico. Aliás, isto quase dava direito a uma estátua, reduzir os preços em relação ao que previa a entidade reguladora. Só que isto foi chumbado. E foi chumbado com estrondo. Como foi dito, o que aprovarmos, o que votarmos aqui hoje será obviamente inócuo, portanto, não terá resultado nenhum. -----

Mas, deixe-me dizer que nem tudo é só o resultado, também é a maneira como é feito. Ou seja, eu vi o chumbo da Assembleia Municipal de Tomar e, perdi um bocadinho do meu tempo familiar, como perdemos todos, porque não somos profissionais da política, e fui ver o que é que aconteceu. Ou seja, porque é que o PSD de Tomar quis chumbar esta medida. Fui ver. Vi parte da reunião da Assembleia Municipal, vi o que disseram os deputados do PSD. O que disseram? Acusaram a Tejo Ambiente e, no caso, o senhor Presidente da Tejo Ambiente, como responsável máximo, de apresentar “uma farsa, uma vergonha, um documento opaco”, estou a dizer palavras que foram ditas por deputados do PSD de Tomar em relação ao relatório da Tejo



Ambiente, esta proposta, entre outros elogios, do mesmo calibre, que não cabiam aqui todos. Depois chumbaram a proposta, em coligação com a CDU e com o Bloco de Esquerda. -----

Bom, aqui chegados, o senhor Presidente de Câmara afirmou, na reunião de preparação e também na reunião de Câmara, que o chumbo da presente proposta implicaria, automaticamente, que entrasse em vigor o tarifário proposto pela ERSAR. Eu até lhe perguntava se continuava com essa afirmação, mas reconheço que ter-se-á excedido nessa informação porque isso não é verdade. Ou seja, não é verdade que o chumbo implique, como implicou, uma nova reunião do Conselho de Administração. O que nos foi dito aqui e foi dito em reunião de Câmara e todas as pessoas, já falei aqui com os meus colegas, o que ficou aqui dito e percebido, é que uma coisa implicaria automaticamente que o valor maior proposto pela ERSAR entrasse em vigor. Ora, novamente ouvindo os deputados do PSD de Tomar, que também perderam o seu tempo e parece que fizeram contas, fizeram contas e tiveram acesso a um documento que não deviam ter tido acesso, um email interno da Tejo Ambiente, que nós não tivemos acesso, foram mais seletivos no que enviaram para nós, um email do Diretor Geral da empresa, do dia 4 de outubro, ou qualquer coisa do género, a dizer que afinal o crescimento dos preços devia ser negativo com base no EVEF que, todos sabemos, está desatualizado. Então, mas como é que ficamos? Existia a possibilidade de o crescimento ser negativo? Ou seja, se existiu esta possibilidade, isso nunca nos foi transmitido e devia ter sido. Afinal, havia três hipóteses, ou crescimento negativo segundo a EVEF inicial, que estava mal feito, todos sabemos, e está a ser refeito aquele que originou já as injeções de capital dos diversos municípios, a tal proposta benfeitora do Conselho de Administração e a malfeitora da ERSAR. Essa falta de transparência foi a razão que o PSD de Tomar argumentou. -----

Agora em relação à reunião de ontem, que eu pensava que ia acontecer depois, mas afinal, o senhor Presidente da Câmara de Ourém, não o Presidente da Tejo Ambiente, votou de que maneira? Votou pelo vencedor da ERSAR ou votou em que serão os clientes a pagar esta diferença, ou votou, havendo a possibilidade de haver um resultado negativo, se é verdade o que dizem, vai-nos dizer se isso é verdade ou se



não é, seriam os municípios que tiveram a culpa na elaboração do EVEF inicial não verdadeiro, se são municípios no seu todo a pagar ou se são os clientes que não têm culpa do EVEF inicial estar mal feito, que vão pagar isso agora através deste aumento. Qual foi a sua posição? E se disse alguma coisa que não esteja correta, é um tema que não é fácil. Não trabalhamos todos os dias nisto e, portanto, posso não ter dito alguma coisa correta. Foi o que consegui depreender do que fui vendo e estudando. -----

Gostava desses esclarecimentos, se fosse possível.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Agradeço as considerações que o senhor deputado Nuno Baptista aqui fez e dizer-lhe o seguinte. Tenho por hábito, quando falo na Assembleia Municipal ou em qualquer lugar, dizer sempre a verdade e não dizer coisas que podem não ser verdade. Isto a propósito, para lhe dizer que esse email, que poderá ter havido em outubro, foi feito com base em contas mal feitas, já confrontei o Diretor Geral. Portanto, esse primeiro email, que efetivamente aconteceu e que foi enviado também para Tomar e também penso que para os outros municípios, efetivamente aconteceu, mas depois verificou-se que a fórmula estava mal aplicada. Tanto que, depois, a ERSAR, quando foi confrontada com o valor final, confirmou. Nada melhor do que a entidade Reguladora, porque a ERSAR nunca tinha sido confrontada com a primeira proposta que havia. Foi confrontada com esta proposta e confirmou. Portanto, se confirmou é porque entendeu que estava de acordo com a fórmula que efetivamente constava no EVEF. -----

A reunião do Conselho Administração aconteceu ontem, por mero acaso. Estava marcada. As reuniões são marcadas com dois meses de antecedência e, portanto, havia ontem uma reunião, como estava marcada há muito tempo, longe de imaginarmos, nem sabíamos, quando marcámos, que a Assembleia Municipal de Tomar era antes e a de Ourém era hoje, longe disso. E, na reunião de ontem, estavam os seis presidentes de Câmara e todos os seis votaram favoravelmente a proposta do ERSAR. Portanto, de uma forma clara, todos os seis votámos favoravelmente esta proposta, porque se não o fizéssemos, também era bom perceber, junto das pessoas que votaram contra, que tipo de alternativa é que tinham para que a empresa possa ser



também sustentável. Porque, se isso não acontecesse, se a empresa voltasse a dar resultados negativos, como deu durante dois anos seguidos, tinham que ser as câmaras municipais, através dos seus orçamentos, a colocar dinheiro na empresa para fazer face a esses prejuízos. Eu acho que ninguém quer isso. -----

E, portanto, aquilo que foi decidido ontem, foi a manutenção do valor, porque se isso não acontecesse, dou exemplo: imaginemos que a Tejo Ambiente apresentava um valor inferior àquele que tinha sido chumbado na Câmara de Tomar. Imaginemos 1%. Primeiro, a empresa iria apresentar certamente e seguramente, resultados negativos. Segundo, como também não cumpria com o EVEF, teria que vir outra vez às seis câmaras municipais. Teria que ir outra vez às seis assembleias municipais e já estamos em maio. Isso teria que voltar a acontecer e nada nos garante que voltasse a ser aprovado outra vez nas câmaras municipais e assembleias municipais. -----

Portanto, o mais fácil, com o prejuízo das populações, por causa das pessoas que votaram contra, em Tomar, é cumprir com aquilo que está no EVEF que os senhores aqui, em Tomar, em Ferreira do Zêzere, na Barquinha, no Sardoal e em Mação aprovaram. Estamos, apenas e só, a cumprir aquilo que todos os senhores aqui aprovaram. -----

O que vai ser atualizado, em termos de preços, é isto que aqui vos disse que representa 0,84 €, comparativamente aquilo que estamos a pagar hoje. Estamos a falar de menos de 0,03 € por dia. E, portanto, é isto que está em cima da mesa e que irá, certamente, acontecer. -----

Muito obrigado.” -----

----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “Um esclarecimento em relação a uma coisa que foi dito aqui. Quem sou eu para defender a totalidade da população destes seis concelhos, mas há uma coisa que é importante que fique decidido, também falou de nós, deputados. -----



Nós aprovámos um EVEF, todos, com base em dados falsos. Os dados eram falsos de alguns concelhos que apresentaram dados não verdadeiros e nós não tínhamos possibilidade de saber se isso era verdade ou mentira. -----

Além de ser muito difícil ler um EVEF, como devem imaginar, os dados que foram apresentados para esse EVEF, por alguns dos concelhos dos pertencentes à Tejo Ambiente, não eram verdadeiros e originaram, como sabe, que esteja a ser reformulado o EVEF. Esperemos que desta vez seja verdade. -----

Segunda questão a opção foi, é uma opção legítima como outra qualquer. Os municípios podiam, como já fizeram em anos anteriores, com base no mesmo erro do EVEF, fazer assumir responsabilidades e decidiram que eram os contribuintes, que eram os clientes a assumir. O valor em causa, como diz, é residual. Então, o que acho que podemos dar como conclusão disto é que foi uma guerra política por um município, por parte do PSD de Tomar, que andou a brincar às guerras políticas. Ou seja, dando como certo o que nos diz aqui, e é uma opção política dos presidentes das seis câmaras municipais de serem os clientes a assumirem isso e não os municípios, como já aconteceu em anos anteriores. E é legítimo. -----

A responsabilidade não é de quem aprovou, se me permitem. Nós aprovámos com base em dados não verdadeiros, uma circunstância nunca apurada, devidamente.” -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL referiu o seguinte: “Nós já tivemos dois EVEF na Tejo Ambiente. O primeiro efetivamente com dados errados, mas o segundo, que é o que está hoje em vigor, já com dados verdadeiros e corretos. Portanto, os senhores aprovaram o novo EVEF já com dados reais e não fictícios, como aqui acabou de dizer. Portanto, que isso fique bem claro. O primeiro EVEF efetivamente não, e reconhecemos isso e por isso os resultados que temos. Mas este segundo já efetivamente com dados reais. As considerações políticas que aqui teceu sobre aquilo que aconteceu em Tomar, são efetivamente essas. Obviamente que eu também não me sinto confortável, para não dizer outra coisa, com essas considerações. As considerações que foram feitas sobre a minha pessoa na Assembleia Municipal deixaram-me incomodado. E quero dizer aqui, hoje, que estou a ponderar propor à Câmara Municipal que o concelho de Ourém possa sair da Tejo Ambiente.



Se há alguém que está a ser prejudicado com isto tudo é a Câmara de Ourém. E nós temos dados muito concretos, que dizem o que é que cada Câmara, o investimento que cada Câmara teve por parte da Tejo Ambiente. Se esses dados forem conhecidos, e eu posso dá-los, se calhar as pessoas em Tomar irão ter muitas surpresas. Deixo só este dado, em 2019, quando nós aderimos à Tejo Ambiente, as tarifas em Tomar baixaram 18% comparativamente àquilo que as pessoas pagavam habitualmente em Tomar. Baixaram 18%. E só voltaram a pagar o mesmo em 2022. Portanto, tiveram três anos que pagaram menos do que pagavam anteriormente. -----

Ainda esta semana, estive em Lisboa, na passada terça ou quarta feira, não sei, numa reunião para tentar resolver problemas da Tejo Ambiente de Tomar. Todos conhecem um problema que está identificado na Mendacha. São 4400 casas que são servidas pela Mendacha, onde os tubos da água estão todos completamente obstruídos, com uma captação que existiu ao tempo, do tempo do SMAS, com calcário, a água não passa. Estamos a falar de 253km de rede que estão obstruídas. É preciso um investimento de 17 milhões €. E eu estive em Lisboa, esta semana, a procurar financiamento para este tipo de situações, onde a Tejo Ambiente, possivelmente também terá que se endividar ainda mais. Portanto, custa-me muito ouvir aquilo que eu ouvi em Tomar sobre a Tejo Ambiente e sobre a minha pessoa, portanto, estou a ponderar muito seriamente que isso possa acontecer num futuro próximo, porque Ourém não tem que estar a levar com os problemas dos outros, que são os todos nós, mas, este caso em concreto, são de Tomar. -----

Dizer também que poderíamos ter assumido, como fizemos no passado, um aumento, uma atualização de preços inferior àquela que efetivamente acontece. A empresa poderia dar resultado negativo. Teriam que ser as câmaras municipais a assumir. Mas eu quero recordar que a Tejo Ambiente tinha um passivo bancário de cerca de 21 milhões € e é preciso também que as empresas apresentem resultados condizentes e que possam demonstrar que tem condições para pagar o passivo bancário que foram sendo feitos para fazer face aos diversos investimentos. Estamos a falar de investimentos de mais de 35 milhões € que foram feitos, nestes quatro anos, pela empresa. -----

Muito obrigado.” -----



----- Solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, representante do Grupo Municipal PS, expôs o seguinte: “O Grupo Municipal do PS vai abster-se, só e unicamente, sem qualquer valorização do que foi discutido, porque isto é completamente inócuo o que estamos a votar, ou seja, não tem relevância nenhuma. Portanto, vamo-nos abster. -----

Outra questão importante. Dizer ao senhor Presidente da Câmara de Ourém que, nos comprovar aquilo que disse, que é favorável para o concelho de Ourém a saída da Tejo Ambiente, terá todo o nosso apoio e a nossa força para que isso aconteça.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, FOI A PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 05 ABSTENÇÕES GRUPO MUNICIPAL PS; 25 VOTOS A FAVOR – 20 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD, 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP, 01 GRUPO MUNICIPAL PS, 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA – 30 PRESENCAS -----**

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.20 – APRECIACÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – TEJO AMBIENTE – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO MÉDIO TEJO, E.I.M., S.A. – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2025 -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14521**, datado de **2025.02.11**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.03, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação da matéria acima citada, nos termos do n.º 1, do art.º 42.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a carta registada sob o n.º 113.738/2024, da **Tejo Ambiente – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Médio Tejo, E.I.M., S.A.**, com sede no Edifício Paço do Conde, na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nesta



cidade, a remeter, em cumprimento do disposto no artigo 42.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, o seu Plano de Atividades e o Orçamento para 2025. -----

---- O **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, ouvido sobre o assunto, prestou a sua informação n.º 3/2025, de 16 de janeiro findo, a dar conta de que os referidos documentos deverão ser remetidos aos órgãos municipais (Câmara e Assembleia), para efeitos de acompanhamento e controlo, de conformidade com o n.º 1, do citado artigo 42.º. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO – 30 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, regressou à sessão o membro da Assembleia Municipal: -----

----- João Filipe Campos Catarino -----

----- Neste momento, ausentou-se da sessão o Presidente União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais: -----

----- Paulo Luís Marques Nunes -----

02.21 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – INTEGRAÇÃO DE TROÇO DA EN 356 (ESTRADA NACIONAL) NA REDE VIÁRIA DO MUNICÍPIO – MINUTA DE ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9104**, datado de **2025.01.27**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.01.20, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço, nos termos do n.º 2, do artigo 40.º, da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril e da alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Através da carta eletrónica registada sob o n.º 3215/2025, a **Infraestruturas de Portugal, S.A.**, com sede na Praça da Portagem, em Almada, remeteu, para efeitos de apreciação por parte desta Autarquia, novo texto de Acordo de Mutação Dominial, a fim de integrar o troço da Estrada Nacional 356 (entre o entroncamento de acesso ao Nó de Fátima da A1 e a Rotunda dos Pastorinhos, em Fátima, deste concelho), na rede viária municipal, com vista à sua requalificação, com a comparticipação financeira daquela firma, até ao montante máximo de 800.000,00€, válido até à receção provisória da totalidade da obra ou até cessar a obrigação da referida comparticipação da Infraestruturas de Portugal, S.A.. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.22 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MINUTA DE CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE PARCELAS SITAS EM VILAR DOS PRAZERES (FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS) PARA CONSTRUÇÃO DE 9 FOGOS PARA ARRENDAMENTO ACESSÍVEL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9200**, datado de **2025.01.27**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.01.20, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação registada sob o n.º 113.601/2024, do **Chefe da Equipa Multidisciplinar de Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito**, a anexar texto de contrato de constituição do direito de superfície, pelo período de 50 anos, prorrogável, a celebrar com o **Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.**, com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5, em Lisboa, sobre os prédios a seguir descritos, com o objetivo de construir nove fogos destinados ao arrendamento acessível: -----

- Prédio urbano sito em Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste concelho, com a área de implantação de 231 m², inscrito na respetiva matriz sob o artigo 439 e não descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém; -----

Prédio misto sito também em Vilar dos Prazeres, com a área total de 325 m² (coberta e descoberta), inscrito na respetiva matriz sob os artigos 1841-urbano e 9409-rústico e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 6349. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.23 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MINUTA DE CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE PARCELA SITA EM PENIGARDOS (FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE) PARA CONSTRUÇÃO DE 8 FOGOS PARA ARRENDAMENTO ACESSÍVEL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9181**, datado de **2025.01.27**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.01.20, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Na sequência da aquisição da parcela de terreno sita na Rua Dr.^a Branca de Seabra, em Penigardos, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, deste concelho, com a área de 1815 m², inscrita na respetiva matriz rústica sob o artigo 8501 e descrita na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 4318, com o objetivo de construir oito fogos tipo T2, destinados ao arrendamento acessível, na reunião de 18 de novembro de 2024, a Câmara deliberou aprovar a minuta do contrato de constituição do direito de superfície, então apresentada, a celebrar com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a informação registada sob o n.º 112.485/2024, do **Chefe da Equipa Multidisciplinar de Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito**, a anexar novo texto de contrato de constituição do direito de superfície, a celebrar com aquele instituto, sedado na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5, em Lisboa, pelo período de 50 anos, prorrogável. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS** -----

----- **APROVADO EM MINUTA** -----

02.24 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – MINUTA DE CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE PARCELAS SITAS EM CARVOEIRA (FREGUESIA DE CAXARIAS) PARA CONSTRUÇÃO DE 9 FOGOS PARA ARRENDAMENTO ACESSÍVEL -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9179**, datado de **2025.01.27**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.01.20, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da matéria em apreço. -----



----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No seguimento da aquisição das parcelas a seguir descritas, para efeitos do mencionado em epígrafe, na reunião de 18 de novembro de 2024, a Câmara deliberou aprovar a minuta do contrato de constituição do direito de superfície, então apresentada, a celebrar com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.: -----

- Prédio rústico sito na Rua dos Bombeiros Voluntários, em Carvoeira, da Freguesia de Caxarias, deste concelho, com a área de 508 m², inscrito na matriz predial rústica da dita freguesia sob o artigo 12196 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 2664; -----
- Prédio rústico sito também na Rua dos Bombeiros Voluntários, com a área de 510 m², inscrito na matriz predial rústica da referida Freguesia de Caxarias sob o artigo 12197 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.º 2665. -----

---- Nesta reunião foi apresentada a informação registada sob o n.º 111.607/2024, do **Chefe da Equipa Multidisciplinar de Habitação, Modernização Administrativa, Transportes e Trânsito**, a anexar novo texto de contrato de constituição do direito de superfície, a celebrar com aquele instituto, sediado na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5, em Lisboa, pelo período de 50 anos, prorrogável. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 30 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

----- Neste momento, regressou à sessão o Presidente União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais: -----



----- Paulo Luís Marques Nunes -----

02.25 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – INSIGNARE – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO – ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 2/2008, DA ZONA INDUSTRIAL DE OURÉM – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 14502**, datado de **2025.02.11**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.03, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a apreciação do pedido de isenção do pagamento das taxas, no valor de 426,90 euros, referentes ao processo de alteração de licença de operação de loteamento, a que se refere o Alvará de Loteamento n.º 2/2008, da Zona Industrial de Ourém, sita em Casal dos Frades, da Freguesia de Seiça, deste concelho. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a carta registada sob o n.º 100.614/2024, da **INSIGNARE – Associação de Ensino e Formação**, com sede na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, n.º 69, nesta cidade, a solicitar a isenção do pagamento de todas as taxas referentes ao processo de alteração da licença de operação de loteamento, a que se refere o Alvará de Loteamento n.º 2/2008, da Zona Industrial de Ourém, sita em Casal dos Frades, da Freguesia de Seiça, deste concelho e à consequente construção de pavilhão destinado a atividades da associação. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 2789/2025, a dar conta de que, quanto à alteração da operação de loteamento, o cálculo das taxas a isentar é de 426,90€. -----

---- A **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território**, ouvida igualmente sobre a pretensão, prestou a informação registada sob o n.º 8456/2025, a colocar à consideração superior a isenção do referido valor já pago. -----



---- (Aprovado em minuta) -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.26 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CENTRO SOCIAL DA DIVINA PROVIDÊNCIA – PROCESSO DE OBRAS N.º 2710/2024 – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 3167**, datado de **2025.01.10**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.01.06, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, autorização para isentar o Centro Social da Divina Providência, do pagamento das taxas referentes ao processo de obras n.º 2710/2024, de que é titular. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 105.687/2024, do **Centro Social da Divina Providência** (Casa do Bom Samaritano), sediado na Rua do Bom Samaritano, n.º 74, da Freguesia de Fátima, deste concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes às obras de alteração de equipamento social – lar residencial, sito na referida morada, a que corresponde o processo n.º 2710/2024, por se tratar de instituição de solidariedade social. -----

---- Ouvida sobre a pretensão, a **Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 107.726/2024, a dar conta de que o cálculo das taxas a isentar corresponde ao montante de 2.542,13€, que inclui a verba de 232,38€ (já paga) e a deixar a decisão superior a sua isenção, uma vez que o pedido não tem enquadramento no n.º 6, do artigo 33.º,



do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, por não se tratar de uma instituição de solidariedade social de utilidade pública. ----- --

---- Ouvida igualmente sobre a pretensão, a **Chefe da Divisão de Urbanismo e Território** prestou a informação registada sob o n.º 115.697/2024, que se encontra anexa ao processo. --

---- (Aprovado em minuta)" -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.27 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CAXARIAS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18257**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do pagamento da verba de 100,36 euros, à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias, relativa à realização da Festa da Cerveja, nos dias 12 e 13 de abril de 2025, com vista à angariação de fundos. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 13.851/2025, da **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Caxarias**, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, em Caxarias, deste concelho, a solicitar a isenção do pagamento das taxas correspondentes à autorização de ocupação de via pública (concedida por despacho de 10 de fevereiro em curso, do Senhor Vereador Humberto



Luís Ferraz Antunes), para a realização da Festa da Cerveja, nos dias 12 e 13 de abril de 2025, com vista à angariação de fundos. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Setor de Mercados e Licenciamentos Não Urbanísticos** exarou no processo uma informação, datada de também de 10 do corrente mês, a dar conta de que, de acordo com o previsto no Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, as taxas associadas à realização do evento ascendem a 100,36€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.28 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – CLUBE JUVENTUDE OURIENSE – CEDÊNCIA DO CENTRO MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18250**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do pagamento da verba de 2.566,50 euros, referente à utilização do Centro Municipal de Exposições, para a realização do evento “Festival de Sopas”, do Clube Juventude Ouriense. ---

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apreciada a carta eletrónica registada sob o n.º 15.051/2025, do clube **Juventude Ouriense**, com sede na Rua Dr. Agostinho Barroso Gonçalves, n.º 9, 2.º andar, Porta 3, nesta cidade, a solicitar a cedência do



Centro Municipal de Exposições, para a realização do “Festival de Sopas”, no dia 23 de março próximo. -----

---- Ouvida sobre o assunto, a **Chefe do Serviço de Atividades Municipais** exarou no processo uma informação, datada de 12 de fevereiro em curso, a dar conta de que o espaço encontra-se disponível e de que tem um custo associado de 2.566,50€, podendo ainda ser necessário destacar um funcionário para garantir a abertura e o fecho do espaço e bem assim prestar o apoio necessário. Termina a colocar à consideração superior a eventual isenção do pagamento do referido valor. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.29 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DE NOSSA SENHORA DAS MISERICÓRDIAS – REALIZAÇÃO DE MONTARIA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9140**, datado de **2025.01.27**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.01.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do pagamento da verba de 100,36 euros, referente à realização de montaria, no dia 01 de fevereiro de 2025, conforme pedido efetuado pela Associação de Caçadores de Nossa Senhora das Misericórdias. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----



----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “No âmbito da montaria a realizar no dia 01 de fevereiro próximo, nas localidades de Lagoa do Furadouro e Outeiro das Matas, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste concelho, foi apreciada a carta eletrónica registada sob o n.º 3932/2025, da **Associação de Caçadores de Nossa Senhora das Misericórdias**, a solicitar a isenção do pagamento das taxas referentes à ocupação de vias públicas. -----

---- O **Setor de Mercados e Licenciamentos Não Urbanísticos**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 15 do corrente mês, a dar conta de que, de acordo com o previsto no Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, são devidas as seguintes taxas: -----

– Taxa de Apreciação (n.º 3, do artigo 12.º) – 10,00€; -----

– Utilização de Vias Públicas (n.º 1, artigo 19.º) – 37,21€; -----

Corte de Via (n.º 3, artigo 19.º) – 53,15€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.30 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE SANTARÉM – UTILIZAÇÃO DE VÁRIOS EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 1795**, datado de **2025.01.08**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2024.12.16, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do



pagamento da verba de 664,53 euros, à Associação de Futebol de Santarém, relativa à utilização de vários equipamentos desportivos. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 104.727/2024, da **Associação de Futebol de Santarém**, com sede na Rua Pedro de Santarém, n.º 46, em Santarém, a solicitar a cedência gratuita dos Pavilhões Municipais de Caxarias e Caneiro e do Pavilhão Gimnodesportivo de Fátima, para a realização do Torneio Interassociações Futsal Masculino Sub-15, nos dias 27, 28, 29 e 30 de dezembro em curso. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 04 do mês corrente, a dar conta de que a utilização daquelas instalações desportivas, tem um custo total de 664,53€.-----

---- Termina a referir que se prevê a realização de horas extraordinárias por parte dos funcionários que assegurarão o funcionamento do Pavilhão Gimnodesportivo de Fátima, nos dias 28 e 29 do corrente mês. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.31 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE SANTARÉM – CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE CANEIRO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 18251**, datado de **2025.02.20**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.02.17,



solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do pagamento das taxas, no valor de 132,90 euros, relativas à utilização do Pavilhão Municipal de Caneiro, pela Associação de Futebol de Santarém. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 10.676/2025, da **Associação de Futebol de Santarém**, com sede na Rua Pedro de Santarém, n.º 46, em Santarém, a solicitar a cedência gratuita do Pavilhão Municipal de Caneiro, para a realização da Final da Taça de Futsal Feminino, no próximo dia 01 de março. -----

---- Ouvido sobre o assunto, o **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude** exarou no processo uma informação, datada de 03 do mês corrente, a dar conta de que a utilização daquela instalação desportiva, tem um custo total de 132,90€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.32 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE SANTARÉM – UTILIZAÇÃO DO ESTÁDIO PAPA FRANCISCO, FÁTIMA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS -----

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 9107**, datado de **2025.01.27**, certidão da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2025.01.20, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do n.º 2, do artigo 33.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, a concessão de isenção do



pagamento da verba de 1.243,74 euros, à Associação de Atletismo de Santarém, referente à utilização do Estádio Papa Francisco. -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa ao processo, a qual foi dada a conhecer a todos membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a carta eletrónica registada sob o n.º 94.679/2024, da **Associação de Atletismo de Santarém**, com sede na Avenida D. João I, no Estádio Municipal, em Almeirim, a solicitar a isenção das taxas pela utilização do Estádio Papa Francisco, sito em Fátima, deste concelho, para a realização de competições previstas no seu calendário regional. -----

---- O **Serviço de Associativismo, Desporto e Juventude**, ouvido sobre o assunto, exarou no processo uma informação, datada de 10 de dezembro findo, a dar conta de que o valor a isentar é de 1.243,74€. -----

---- (Aprovado em minuta)” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se registou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **SUBMETIDA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, FOI A PROPOSTA APROVADA, POR UNANIMIDADE – 31 PRESENCAS** -----

----- APROVADO EM MINUTA -----

02.33 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

----- Tomando a palavra, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL questionou sobre eventuais pedidos de intervenção por parte do público, tendo-se registado a intervenção do munícipe: -----

----- HUMBERTO ANTÓNIO FIGUEIRA DA SILVA, natural de Fátima, concelho de Ourém, expôs o seguinte: “Boa tarde a todos -----

Mais uma vez aproveito e não podia deixar de agradecer ao Município, em particular ao gabinete do Vereador Rui Vital, o empenho e a participação que teve na realização das



montarias que se realizaram no concelho de Ourém e, principalmente na Freguesia de Fátima e Nossa Senhora das Misericórdias. -----

Agradeço também a boa colaboração da Associação de Caçadores. -----

E, falo em nome da Freguesia de Fátima, mas também de um público do concelho de Ourém, porque veio ajudar a controlar a espécie cinegética que temos, esta invasão dos porcos selvagens, os javalis. -----

Queria agradecer a dedicação, esperando que continuem a dar o seu apoio, pois temos um problema grave no nosso território. -----

Um muito obrigado.” -----

----- Nos termos do Regimento da AMO, “(...) o texto das deliberações das sessões ou reuniões consideram-se aprovadas em minuta, salvo solicitação ou deliberação em contrário, sendo assinadas pelo Presidente.” -----

----- Concluída a ordem de trabalhos desta sessão ordinária de dezembro, o PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu esta por encerrada, pelas dezanove horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL